



Caderno de Textos

**Projeto Inovações Metodológicas
para o Trabalho Social com Famílias no SUAS**

2020



 /necatrabalhocomfamilias

 www.necatrabalhocomfamilias.org

Realização



Patrocínio



Parcerias:



CARAGUATATUBA
PREFEITURA



| Secretaria de Desenvolvimento Social

Ano da publicação:
2020

Tiragem:
500 exemplares

Projeto gráfico
e diagramação:
Liu de Lucca

O Projeto *Inovações metodológicas para o trabalho social com famílias* do NECA/Associação de Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente ganhou a Seleção Pública Comunidades do *Programa Petrobras Socioambiental – Edição 2015*, juntamente com outros 26 projetos do Estado de São Paulo (que concorreu com 173 projetos).

Essa primeira edição contemplou profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) dos 09 municípios da Baixada Santista: Santos, São Vicente, Guarujá, Praia Grande, Cubatão, Itanhaém, Peruíbe, Bertioga e Mongaguá.

Em decorrência da receptividade e qualidade das ações desenvolvidas durante 02 anos, a Petrobras convidou o NECA para elaborar uma 2ª edição para o Litoral Norte Paulista. Escolhemos envolver os 04 municípios da região, ao que todos responderam positivamente mediante compromisso assinado pelos gestores municipais da Assistência Social e pelo Secretário Executivo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de São Paulo (SEDS). Nesse processo foi de fundamental importância a participação e articulação da DRADS Vale do Paraíba.

Principais resultados da 1ª edição

De acordo com a avaliação de seus participantes diretos:

1. Foi possível integrar de maneira completa no cotidiano profissional pelo menos 01 nova metodologia de trabalho social com famílias;
2. Foi possível integrar de maneira parcial no cotidiano profissional mais de 02 metodologias de trabalho social com famílias;
3. Houve disseminação dos conteúdos aprendidos nas redes de serviços socioassistenciais dos municípios de Santos, Guarujá, Peruíbe e Praia Grande (144 outros profissionais receberam subsídios teóricos e técnicos acerca de novas metodologias de trabalho).

Etapas da edição Litoral Norte Paulista

Etapa preparatória. Sensibilização com vistas à adesão ao projeto e formalização de parcerias com os Gestores Municipais da Assistência Social de Caraguatatuba, Ubatuba, Ilhabela e São Sebastião; fortalecimento do apoio da DRADS Vale do Paraíba e da SEDS através da Coordenadoria de Ação

Social (CAS) e da Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (EDESP).

Etapas 1. Seminário técnico inicial para 156 profissionais, organizado com mesa de abertura, mesa técnica com 03 palestrantes e 05 oficinas temáticas.

Etapas 2. Formação de 96 horas para profissionais selecionados com perfil de reeditores (06 módulos formativos de 16 horas cada um).

Etapas 3. Reedição da formação com o objetivo de disseminar as experiências e conhecimentos adquiridos aos demais profissionais das equipes técnicas dos serviços.

SUMÁRIO

- Apresentação	7
- Sobre as autoras e autor	9
- Concepções Fundantes do Modelo Brasileiro de Proteção Social e o Trabalho Social com Famílias: avanços e contradições Maria Angela Maricondi e Maria do Carmo Krehan	11
- A Referência e Contrarreferência no PAIF e PAEFI: alguns apontamentos! Janice Merigo ^e Rozana Fonseca	23
- Metodologias Participativas com ênfase nas ações coletivas e oficinas de reflexão, convivência e ação, com vistas à sua articulação com os objetivos e diretrizes da PNAS Fabiana Meijon Fadul	29
- A Abordagem de Rede de Lia Sanicola: influências teórico-metodológicas e aspectos técnico-operativos do método Maria Luisa Pereira Ventura Soares e Maria Angela Maricondi	39
- Enrique Pichon-Rivière e os Grupos Operativos Maria Leila Montiani Palma	65
- Práticas do Trabalho Social Lucas Souza de Carvalho	71

APRESENTAÇÃO

Esta é uma publicação do *Projeto Inovações metodológicas para o trabalho social com famílias – Edição Litoral Norte Paulista*, uma realização do NECA/Associação de Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente¹, com patrocínio do Programa Petrobrás Socioambiental e em parceria com a SEDS/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de São Paulo e as Secretarias Municipais de Assistência Social de Caraguatatuba, Ubatuba, Ilhabela e São Sebastião.

A etapa formativa dos profissionais selecionados como reeditores do projeto foi realizada em 06 módulos de 16 horas cada um, totalizando 96 horas de formação. Em lugar de “multiplicadores”, utilizamos o conceito de reeditor(a) com José Bernardo Toro:

“[...] uma pessoa que, por seu papel social, ocupação ou trabalho, tem a capacidade de readequar mensagens segundo circunstâncias e propósitos, com credibilidade e legitimidade. [...] Os educadores são reeditores ativos. [...] O reeditor é diferente dos chamados “multiplicadores”. Ele não reproduz um conteúdo o mais próximo possível da forma como o recebeu, mas o interpreta e amplia para adequá-lo naturalmente ao seu público”.²

Os módulos ministrados nesta edição foram os seguintes:

- Alinhamento conceitual sobre a Política Nacional de Assistência Social e o Trabalho Social com Famílias no SUAS, com ênfase na dimensão ético-política – Profas. Maria Angela Maricondi e Maria do Carmo Krehan.
- A Abordagem de Rede de Lia Sanicola para o Trabalho Social com Famílias no SUAS – Profa. Maria Luisa Pereira Ventura Soares (Malu).
- Metodologias Participativas com ênfase nas ações coletivas nos diferentes níveis de proteção social – Profa. Fabiana Fadul.
- Grupos Operativos de Pichón Rivière: teoria e prática – Profa. Maria Leila Montiani Palma.
- PAIF e PAEFI com ênfase no planejamento do acompanhamento de famílias e indivíduos – Profa. Janice Merigo.
- Trabalho com famílias: metodologias e experimentações que nos aproximam deste público – Prof. Lucas Souza de Carvalho.

¹ Para conhecer o que fazemos, entre no site www.neca.org.br

² Toro, JB; Duarte Werneck, NMF. Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação. Editora Autêntica. E-Book.

Este caderno contém cinco textos originais especialmente escritos para esta finalidade: levar a formação recebida aos demais profissionais das redes socioassistenciais dos municípios participantes.

O sexto texto, também original, embora não fale diretamente do trabalho com famílias, nos traz reflexões sobre a prática do trabalho social e dos encontros com indivíduos em sofrimento psíquico e vulnerabilidade social.

Agradecemos a dedicação e qualidade do trabalho desenvolvido.

A COORDENAÇÃO DO PROJETO

SOBRE AS AUTORAS E AUTOR

Fabiana Fadul – Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário UNA. Tem Especialização em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes pela Universidade Cruzeiro do Sul. É Doutoranda em Psicologia pela PUC Minas. Atualmente é analista de políticas públicas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Janice Merigo – Possui graduação e Mestrado em Serviço Social pela PUCRS. Tem Especialização em Serviço Social e Competências Profissionais pela UNB. É docente da Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente/CAPACITASUAS ministrando o Curso de Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS; e assessora em Políticas Públicas da Federação Catarinense de Municípios (FECAM).

Lucas Carvalho – Educador Social. Possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo e atua no campo das Infâncias e Juventudes. É membro associado e docente do NECA/ Associação de Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente. Coordenador e supervisor clínico-institucional do Núcleo Perspectivas. Membro da equipe do Vira e Mexe Desenvolvimento de Pessoas e consultor do CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação Cultura e Ação Comunitária.

Maria Angela Maricondi – Possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo, Especialização em Psicanálise pelo Instituto Sedes Sapientiae e Mestrado em Ciências/Área Cuidado em Saúde pela Escola de Enfermagem da USP. Foi psicanalista, coordenadora de projetos e formadora na área do desenvolvimento infantil (Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, UNICEF de São Paulo e Fundação Maria Cecília Souto Vidigal). Atualmente é Professora Pesquisadora do NECA/Associação de Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente.

Maria do Carmo Krehan – Possui graduação em Sociologia e especialização em Gestão Pública pela Fundação Escola de Sociologia de São Paulo. Trabalha na área de implantação e gestão de projetos e programas voltados a crianças e adolescentes. É associada e membro da equipe de direção do NECA/ Associação de Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente.

Maria Leila Montiani Palma – Possui graduação em Pedagogia e Mestrado em Educação pela PUC São Paulo. Tem especialização em Coordenação de Grupos Operativos pelo Instituto Pichon Rivière de São Paulo, em Processos Circulares pela Escola Paulista de Magistratura e em Mediação de Conflitos pela Associação Palas Athena. É diretora do ESPAÇO TRANSFORMA: consultoria em formação de equipes.

Maria Luisa Pereira Ventura Soares - Possui graduação em Serviço Social pela PUC São Paulo e mestrado pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da mesma universidade. Atualmente é docente do UNIFAI - Centro Universitário Assunção e formadora do NECA/ Associação de Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente. Atuou como assistente social do Centro Especializado em Reabilitação CER IV da Prefeitura do Município de São Paulo e no CREN/Centro de Recuperação e Educação Nutricional como diretora da Unidade da Vila Mariana.

Rozana Maria da Fonseca – Possui graduação em Psicologia e Especialização em Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesas. É autora e editora do Blog Psicologia no SUAS. Oferece consultoria e supervisão na área.

Concepções Fundantes do Modelo Brasileiro de Proteção Social e o Trabalho Social com Famílias: *avanços e contradições*

Maria Angela Maricondi ¹

Maria do Carmo Krehan ²

O objetivo do 1º módulo formativo do projeto foi promover o alinhamento conceitual da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Trabalho Social com Famílias no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com ênfase na dimensão ético-política. Para tanto, escolhemos dois textos que serviram de base para o estudo e debate dos alunos: um texto da Profa. Aldaíza Sposati (2009) e outro da Profa. Regina Célia Miotto (2010).

Pretendemos comentar aqui *alguns* dos muitos avanços analisados pela professora Aldaíza em relação ao modelo de proteção social adotado pelo Brasil e a identidade da assistência social como política pública, bem como a revalorização do Trabalho Social com Famílias que a professora Regina situa em sua retrospectiva histórica do Serviço Social no Brasil (2010). Ao lado de tais avanços, ambas as autoras identificam contradições importantes, tais como: princípio da universalidade/equidade X princípio da subsidiariedade (Sposati, 2009) e proposta familista X proposta protetiva (Miotto, 2010).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, tendo sido fruto de intensa mobilização popular e participação de movimentos sociais, nos trouxe vários avanços civilizatórios, dentre eles a Seguridade Social composta das políticas públicas de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Essa inclusão da Assistência Social na Seguridade Social colocou-a no patamar de política pública e, conseqüentemente, de responsabilidade do Estado, contrapondo seu caráter universal ao princípio da subsidiariedade que orientava (e ainda orienta) as práticas profissionais e destinação de recursos públicos.

O termo subsidiariedade provém do latim, *subsidiarius*, que, na linguagem vulgar, significa ajuda, reforço, estímulo, encorajamento, supletivo ou que vem em segundo lugar. (SILVA, 2006).

O *princípio da subsidiariedade* tem sua origem no direito penal que determina caber a ele ou ao Estado

1 Psicóloga e Membro da Equipe de Professores do NECA. E-mail: angela.mar@terra.com.br

2 Socióloga e diretora do NECA. E-mail: gestão@neca.org.br

resolver um conflito apenas se nenhum outro meio civil for capaz de resolvê-lo. *Mutatis mutandis* para as políticas públicas em um regime capitalista de mercado como o nosso, isto é, a intervenção do Estado apenas se daria quando esgotados os recursos para solução do problema por parte das famílias e ou da sociedade.

Reconhecer este avanço acerca do dever do Estado é fundamental para o nosso debate e orientação de nossas práticas, especialmente aquelas de trabalho social com famílias.

Portanto, a responsabilidade da família e da sociedade **não** antecede o Estado.

As práticas assistencialistas vigentes antes da CF 88, embora ainda sobrevivam na atualidade, foram fortemente questionadas pelo novo paradigma. Entendemos como práticas assistencialistas aquelas realizadas pontualmente, de forma fragmentada, sem questionamento acerca da produção da pobreza – pelo contrário, a pobreza entendida como natural e, conseqüentemente, entregue às iniciativas religiosas e de benemerência.

Nosso usuário deixa de ser *carente* ou *assistido* para se tornar *cidadão usuário de seus direitos*.

O Estado passa a se comprometer com os direitos do usuário, com a capacidade de **as famílias** educarem seus filhos tratando-as como **núcleos básicos de proteção social**.

Entretanto, ainda há aqui uma tensão ainda não resolvida, com gente **puxando a corda dos dois lados** (Spozati, 2009). Alguns defendem que a proteção deve ser vinculada com a miséria, e propõem ações focalizadas nos necessitados; outros defendem que o vínculo da proteção deve ter atenções baseadas em direitos, com perspectiva universal em face de uma dada necessidade.

Nesta configuração, puxaremos a corda do lado das propostas de atenção aos cidadãos com uma dada necessidade que se inscreve no campo das seguranças socioassistenciais; a tendência oposta opera no recorte de renda, portanto se baseia na condição dele poder ser ou não um consumidor...

Ressaltamos, portanto, que Assistência Social enquanto Política Pública:

- Não deve ser compensatória
- Não deve ser transversal
- Não deve ser socorrista

A mudança do modelo assistencialista para o modelo de proteção social exigiu a formulação do objeto da política, bem como de seus princípios, diretrizes, e direitos a serem assegurados. Em outras palavras,

o desenho de sua identidade como política pública. Este é um processo em andamento, uma vez que o campo das políticas públicas é um campo de forças tensionadas quando não em conflito. Como disse a professora Aldaíza, “o que os constituintes aprovaram foi um *vir a ser*.” (Sposati, 2009, pg. 15).

Esse conflito de forças tem uma tradução direta nas práticas dos profissionais que atuam no SUAS (Sistema Único de Assistência Social), podendo ser identificadas como pertencentes a um ou outro modelo. É assim que se dão as distorções na implementação da PNAS (Política Nacional de Assistência Social, 2004), distanciando-a de suas concepções fundantes. “*Ter um modelo de proteção social não significa que ele já exista ou esteja pronto, mas que é uma construção que exige muitos esforços de mudança*”. (Sposati, 2009, pg. 17)

Enfim, o que está em jogo neste cabo-de-guerra?

1. A responsabilidade do órgão público e do exercício racional da gestão estatal fundado em princípios e valores tais como direito, cidadania e dever do Estado;
2. A execução da política de forma planejada, com indicação dos resultados esperados, de forma a enfrentar e reduzir desproteções sociais;
3. A gestão de espaços de decisão democrática com representação da sociedade.

Como isto está expresso na CF 88? Vamos rever o artigo 204 onde está expressa a clara opção pelo formato democrático de gestão, que foi posteriormente detalhado pela LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social, 1993).

Sessão IV Da Assistência Social

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Em relação ao OBJETO da proteção na Assistência Social, interessante pontuar que vários analistas críticos da sociedade capitalista levantam dois tipos de questão:

1. A sociedade do capital, por ser espoliativa da força de trabalho, reproduz de forma reiterada a precarização do humano;
2. O objeto da política de assistência, que expressa **a questão social** ³, só terá resolutividade se superada a questão estruturante que subordina o trabalho ao capital.

Seguramente, do ponto de vista estrutural, a análise crítica da sociedade do capital está plenamente correta. Alguns dirão que, como consequência, as ações no campo da assistência social são compensatórias e não resolutivas.

De fato, o caráter estrutural da sociedade do capital demarca campos, mas não deve impedir a luta por melhores condições de vida, educação, saúde, etc.

Por outro lado, há quem considere a proteção social não contributiva necessária porque as pessoas são pobres e a pobreza é que **gera** a desproteção. Seguramente, a pobreza **agrava** as vulnerabilidades, os riscos e as fragilidades, mas não significa que todas as vulnerabilidades, riscos e fragilidades existam por causa da pobreza.

Esta é uma reflexão que merece entrar em debate permanente.

Consequentemente, as seguranças alicerçadas na Política Nacional de Assistência Social são: segurança de sobrevivência (renda e autonomia); segurança de acolhida; e segurança de convívio (convivência familiar e comunitária).

Para assegurá-las, serviços e benefícios devem ser oferecidos de forma articulada e em quantidade suficiente.

³⁴“A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. [...] Esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais”

(IAMAMOTO, 2001; p. 17)

Esta lógica que organiza a arquitetura do SUAS apoia-se nos seguintes eixos protetivos:

1. Proteção às fragilidades/vulnerabilidades próprias ao ciclo de vida;
2. Proteção à dignidade humana e combate às suas violações (com conquista da equidade e defesa de populações vítimas de discriminação, violência, vitimização e extermínio);
3. Proteção às fragilidades da convivência familiar como núcleo afetivo e de proteção básica.

E essa arquitetura caracteriza-se por uma assistência social como política de direitos que opera serviços e benefícios; de caráter federalista (ação integrada dos três níveis de gestão), que opera através de um sistema único organizado por níveis de complexidade da atenção (hierarquização com base na especialização do conhecimento e na complexidade das estruturas e recursos físicos), fazendo uma combinação de processos de gestão com sistemas de participação e controle social, e operando por coletivos representativos de gestores nas Comissões Intergestores Bipartites (CIBs), com representantes das esferas estadual e municipal, e nas Comissões Intergestores Tripartites (CITs), que agregam a área federal.

Do texto da professora Regina, gostaríamos de destacar:

- O lugar do TSF (trabalho social com famílias) no Serviço Social;
- A proposta familista e a proposta protetiva para o TSF.

O trabalho social com famílias ficou fora do debate e das práticas dos assistentes sociais engajados no movimento de reconceituação da profissão, localizado entre os anos 1970 e 2000, porque foi tachado como prática conservadora. Entretanto, no campo de seus fundamentos ético-políticos e de sua inserção na política social o Serviço Social ganhou um avanço notável. Em outras palavras, a família não alcançou o estatuto de objeto de estudo nesse contexto.

Na contracorrente do movimento assim delimitado, o trabalho com famílias ganhou grande impulso e maior qualificação técnica através da apropriação do marco conceitual do Serviço Social americano, particularmente do *Método do Serviço Social de Caso*. O objetivo desse método ‘ortopédico’ era adaptar o indivíduo ao seu meio e resolver os problemas trazidos por ele, uma vez que a solução dos problemas sociais era colocada no âmbito de responsabilidade individual.

A professora Regina defende a retomada do TSF e sua revalorização enquanto prática profissional

ancorada na matriz da teoria social crítica.

A fragilidade da dimensão teórico-metodológica e técnico-operativa provocou uma verdadeira migração para métodos e técnicas alheios à profissão, a exemplo da terapia familiar de orientação sistêmica. Ao lado dos avanços que a teoria social crítica trouxe gostaríamos de assinalar o atraso na dimensão técnico-operativa, o que se constitui em verdadeiro desafio para todos e todas nós que trabalhamos no SUAS e pelo SUAS.

O segundo aspecto que queremos destacar no texto da professora Regina envolve a caracterização de duas propostas divergentes que lutam para ganhar hegemonia no âmbito do trabalho social com famílias. Na proposta familista, a família é considerada a principal responsável pelo bem-estar de seus membros, em detrimento ao papel do Estado na garantia de direitos e na proteção social. Traz em seu bojo a tradição secular de que a família e o mercado são dois canais naturais de satisfação de necessidades dos indivíduos. Na falta de um deles é que deve ocorrer a interferência pública e de maneira transitória. Esta concepção claramente aponta e condena o “fracasso” da família.

“O fracasso das famílias é entendido como resultado da incapacidade de gerirem seus recursos, de desenvolverem adequadas estratégias de sobrevivência e de convivência, de mudar comportamentos e estilos de vida, de se articularem em rede de solidariedade e também de serem incapazes de se capacitarem para cumprirem com as obrigações familiares”. (Miotto, 2010; pg. 170)

Aqui, a “família padrão” é a família nuclear burguesa, sendo tratados os demais arranjos familiares como um desvio da norma.

Torna-se cada vez mais difícil a família contar com os recursos necessários para responder às necessidades de seus membros e às expectativas de responsabilidade que a sociedade lhe impõe. O desemprego, o trabalho informal, os baixos salários, a entrada da mulher no mercado de trabalho, as famílias jovens, as famílias chefiadas por mulheres, entre tantos outros fatores que são resultado da alta desigualdade social no país, tornaram impossível o lugar da família como instância (quase) exclusiva de proteção social.

Na **proposta protetiva**, a garantia de direitos sociais com base nos princípios da universalidade e equidade é central, pois somente através deles é possível consolidar a cidadania e caminhar para a equidade e justiça social. Nessa perspectiva, as políticas públicas são pensadas no sentido de socializar antecipadamente os custos enfrentados pela família, sem esperar que a sua capacidade se esgote.

A professora Regina alerta para a importância do fortalecimento da proposta protetiva em contraposição

à proposta familista através da articulação e integração das ações em três diferentes níveis:

- Proposição, articulação e avaliação de políticas públicas (nível estrutural);
- Organização e articulação dos serviços (nível particular);
- O atendimento a situações singulares.

No primeiro nível, trata-se de identificar e analisar informações sobre as famílias, tanto em relação a necessidades socioassistenciais, que podem ser identificadas nas unidades de serviços, como em relação ao impacto que as políticas públicas têm em seu cotidiano.

No segundo nível, trata-se de garantir a eficácia da estrutura de oferta de cuidado e proteção. A organização dos serviços deve acontecer de forma a facilitar o acesso às famílias, o que passa pela acessibilidade dos horários de funcionamento chegando inclusive ao grau de exigência da equipe para com elas.

O terceiro nível diz respeito ao atendimento e acompanhamento direto de famílias nos diferentes serviços do SUAS:

“De forma geral, o objetivo principal é identificar as fontes de dificuldades familiares, as suas possibilidades de mudanças e os recursos necessários para que as famílias consigam articular respostas compatíveis com uma melhor qualidade de vida. Tais mudanças pressupõem transformações tanto nos padrões de relações internas da família, como nos padrões de relações entre ela e as outras esferas da sociedade. Isso implica na capacidade de discernir as mudanças possíveis de serem realizadas no âmbito dos grupos familiares e de suas redes, daquelas que exigem o engajamento em processos sociais mais amplos para que ocorram transformações de ordem estrutural.” (Miotto, 2010; pg.174)

Esses três níveis de intervenção estruturam-se em três grandes processos:

1. Processos político-organizativos que implicam em ações que privilegiem e incrementem a discussão da relação família e proteção social na esfera pública, buscando a garantia e ampliação dos direitos sociais.
2. Processos de planejamento e gestão que vinculam o conjunto de ações profissionais desenvolvidas com enfoque no planejamento institucional como instrumento de gestão e gerência de políticas e serviços.
3. Processos socioassistenciais que correspondem às ações desenvolvidas diretamente com as famílias, reconhecidas como sujeitos de direitos, com o objetivo de responder às suas demandas/necessidades

numa perspectiva de construção da autonomia. Autonomia que lhes permita um engajamento ativo no contexto da participação política.

Destes estudos e debates concluímos que a escolha das metodologias de trabalho social com famílias deve se dar em função da análise das questões indicadas a seguir.

1ª. A compreensão de que a assistência social ainda está se firmando no Brasil como política pública em oposição à herança histórica de práticas isoladas, fragmentadas e de iniciativa privada, particularmente religiosa.

2ª. O entendimento de que os direitos afiançados por essa política definem inclusive a sua identidade e a diferencia das demais políticas sociais.

3ª. A clareza de objetivos e de expectativa de resultados das ações (benefícios e serviços) desenvolvidas em todos os níveis de complexidade da proteção social, uma vez que o planejamento permite que as ações desenvolvidas deixem de ser reativas e passem a ser proativas e preventivas.

4ª. Do debate sobre desproteções, riscos e vulnerabilidades e perfil das famílias atendidas.

5ª. A superação da concepção burguesa de família (família nuclear conjugal). As mudanças ocorridas no Estado, no mundo do trabalho e no mercado interferiram diretamente na família que não pode mais ser considerada a única responsável pelo bem-estar de seus membros.

6ª. A escolha da abordagem protetiva em detrimento da abordagem familista, tornando-a hegemônica no âmbito das ações socioassistenciais.

7ª. A organização dos serviços - atribuições, processos de trabalho, coordenação, avaliação e planejamento – interfere diretamente na escolha e viabilidade ou não de utilização no cotidiano dos serviços.

Temos muita coisa a construir e desconstruir neste campo de práticas...

E para terminar, apresentamos as questões norteadoras que utilizamos para estimular e orientar o estudo e debate dos textos aqui comentados.

Questões norteadoras para estudo do texto 1

Introdução:

1. A introdução da Seguridade Social na CF-88 trouxe quais mudanças para a sociedade brasileira? (na previdência, na saúde e na assistência social)
2. Na CF-88 é possível identificar um embate entre duas concepções de política de assistência social divergentes. Quais seriam elas?

Primeira parte:

1. O campo da proteção social não contributiva no Brasil se constituiu em um campo social cujas iniciativas vinham da compaixão, do altruísmo e de práticas religiosas caritativas. O primeiro passo foi passar das práticas privadas ao campo da gestão pública. O texto aponta 03 mudanças que estão sendo operadas a partir da CF-88. Quais são elas?
2. Conceituar: Modelo; Social; Proteção Social; Não Contributivo.
3. Qual é o OBJETO da Assistência Social?
4. Há um ponto de tensão entre vincular ou não a concessão de benefícios à condição de pobreza (teste de meios). Debater esta questão em grupo.
5. O que significa afirmar: *a PNAS não deve ser compensatória, nem transversal, nem socorrista*?
6. Quais articulações a autora faz entre Proteção Social, Riscos e Vulnerabilidades Sociais?

Segunda parte:

1. O artigo 203 da CF-88 estende a proteção social à família, maternidade, ciclo de vida (infância, adolescência e velhice) e pessoas com deficiência. Entretanto, o **princípio da subsidiariedade** está posto para o caso de crianças, adolescentes e idosos. A pessoa com deficiência escapa da subsidiariedade uma vez que, aqui, a responsabilidade é claramente das três instâncias de poder do Estado. Comentar.
2. Identificar e comentar as três funções da PNAS.
3. Identificar e comentar os três eixos protetivos da PNAS.
4. Quais os cinco princípios da PNAS? Comentar cada um deles.
5. Quais as cinco características da PNAS? Comentar cada um deles.

Terceira parte:

1. Quais as sete ideias-força que poderiam impulsionar a implantação do Modelo de Proteção Social Não Contributivo no Brasil?
2. Essas ideias-força poderiam funcionar como indicadores de *implantação da PNAS nos municípios*? Seria um guia interessante para os gestores dos serviços do SUAS? Por quê?

Questões norteadoras para estudo do texto 2

1. Sintetize a contextualização da família como objeto de estudo e intervenção do Serviço Social: do marco conceitual do serviço social fomentado pelo modelo Ação Social (doutrinário), passando pelo modelo funcional americano (estudo social de caso/grupo e comunidade) à adoção da matriz da teoria social crítica (1970-2000).
2. Por que ocorreu a busca de referências teóricas alheias às novas abordagens teórico-metodológicas do Serviço Social? Especialmente da terapia familiar de orientação sistêmica?
3. Qual concepção de família o texto propõe? As desigualdades de classe, etnia, gênero e geração estão contempladas nessa concepção?
4. O que é proposta familista? E proposta protetiva?
5. O conceito de *cidadania social* de Esping-Andersen baseia-se nos processos de desmercadorização e ‘desfamiliarização’. O que isso significa?
6. Vocês concordam com a afirmativa da autora de que *‘toda e qualquer ação profissional deve incorporar, para além de sua instrumentalidade ou eficiência operativa, o compromisso com a transformação social’*? Por quê?
7. A integralidade das ações da assistência social só pode ser alcançada a partir da articulação de três níveis e processos. Quais são eles?

Referências Bibliográficas

- SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: _____. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS/UNESCO, 2009. p. 13-56.
- MIOTO, R.C. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 12, N.2, P. 163-164 176, JAN./JUN. 2010.
- SILVA, P. Vocabulário jurídico. 27^a Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- YAMAMOTO, M. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

A Referência e Contrarreferência no PAIF e PAEFI: *alguns apontamentos!*

Janice Merigo¹
Rozana Fonseca²

Introdução

Neste texto, nosso objetivo é revisitar as concepções sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, fazendo reflexões em relação à prática cotidiana dos profissionais de referência que atuam no trabalho social com famílias. Também vamos discorrer sobre o caso problematizando o processo de referência e contrarreferência, sobre o acompanhamento familiar e, principalmente, suscitar os *imbróglis* que permeiam as práticas mais pautadas em protocolos do que em articulação e processos.

Fonseca (2019) infere que a contrarreferência, ainda, não é um processo sedimentado em muitas realidades. Os CREAS, com equipe mínima ou incompleta e falta de ação efetiva de gestão do trabalho, não tem conseguido realizar o trabalho social com famílias a contento, gerando assim acúmulo de famílias em atendimento, mas que não foram acompanhadas. Assim, as equipes não sabem quais famílias superaram, de fato, as situações de violência e não conseguem também realizar a contrarreferência. Quando o acompanhamento familiar é insatisfatório, a referência e contrarreferência tendem a não ocorrer ou ocorrem em momentos que não geram sentidos para a família.

Ações protocolares ou diálogo entre as equipes³

A assistência social é uma política pública de direitos que tem como principal objetivo prover a garantia da proteção social às famílias a partir da articulação com outras políticas, em especial articulando serviços e benefícios.

Sabemos que as vulnerabilidades dos indivíduos não derivam apenas da situação econômica das famílias; elas também são resultado da falta de acesso aos serviços públicos, da exposição a diferentes

1 Assistente Social, Assessora em Políticas Públicas da FECAM, Mestre em Serviço Social, 2020.

2 Psicóloga, Especialista em Gestão Social e Autora do Blog Psicologia no SUAS.

3 Texto adaptado do original “Referência e Contrarreferência na Assistência Social” de Rozana Fonseca, publicado no Blog Psicologia no SUAS em abril de 2019.

situações de violência, uso de drogas, exclusão social e discriminação de vários tipos e formas, entre outras. Portanto, é fundamental trabalharmos com as múltiplas facetas da vulnerabilidade social.

Assim, ao buscar possibilitar o atendimento de forma integral às demandas sociais que tal qual elas se apresentam, a PNAS/Política Nacional de Assistência Social (2004) estabelece dois tipos de proteção social: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. Estas, conforme a necessidade, devem ter ações articuladas a partir da referência e contrarreferência no atendimento às famílias. A PNAS orienta, ainda, a articulação com outras políticas públicas locais.

A proteção social básica é ofertada nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, no atendimento às famílias pelo principal serviço, o PAIF. O PAIF tem como principal objetivo realizar o trabalho social com famílias no sentido da prevenção e proteção social. Já a proteção social especial de média complexidade é ofertada nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS, por meio do principal serviço, denominado PAEFI. O PAEFI também realiza o trabalho social com famílias, no entanto, daquelas com violação de direitos, ou seja, violência contra crianças e adolescentes, trabalho infantil, violência contra a mulher e idoso, buscando superar os ciclos de violência.

As equipes de CREAS e CRAS, ou seja, de PAIF e PAEFI, tem encontrado inúmeras dificuldades de diálogo, impossibilitando um trabalho articulado. Comunicam-se, numa lógica da linearidade, do protocolar. Isso impede que as equipes se situem como parte de um mesmo sistema e que compreendam que a separação por níveis de proteção não pode ser considerada uma hierarquização do saber ou da relevância.

A complementariedade das ações é algo imprescindível no que diz respeito à nossa atuação frente a demandas tão complexas quanto as que chegam aos nossos equipamentos. Situações de vulnerabilidade, risco iminente, suspeitas de violência são demandas que nos exigem o planejamento e a execução de ações que garantam às famílias a possibilidade de fortalecimento de seus laços e a reorganização das relações entre seus membros. Estando o CRAS no território e conhecendo a realidade daquela população, configura-se como aliado essencial para o trabalho a ser desenvolvido pelo CREAS. Assim como o CREAS pode ser parceiro importante para o CRAS, por conhecer de forma mais aprofundada as violações de direitos vivenciadas pelos indivíduos e famílias que acompanha, auxiliando o CRAS a traçar e efetivar suas estratégias de prevenção destas violações em seu território de referência (PAULA, 2017).

A qualidade do desenvolvimento do trabalho social com famílias – TSF, tanto no PAIF quanto no PAEFI, depende também da efetividade da Gestão do Trabalho e da capacidade de articulação e integração da coordenação de unidade/serviços. Devemos pontuar que já presenciamos e ouvimos de diferentes

colegas, em regiões distintas, que a gestão privilegia o CREAS na composição das equipes. Os “menos capacitados” vão para o CRAS! Lamentamos por quem já vivenciou isso: como o trabalho da proteção básica pode ser feito por profissionais menos preparados? O desafio do TSF no âmbito da Proteção Social Básica – PSB - é enorme porque trabalhar com prevenção, proação e proteção, tudo ao mesmo tempo e pelos mesmos profissionais, exige maestria e formação, bem como capacitação, como para todo trabalhador da rede socioassistencial. Não raras vezes, percebemos que há apontamento de falhas ou segregação ao invés de soma de responsabilidades, sendo deficitário o trabalho da coordenação e/ou da gestão.

Então, à Gestão do Trabalho cabe fomentar a implantação ou implementação da Educação Permanente para dirimir processos equivocados que se instituem nas organizações como imbróglis à articulação entre os operadores e gestores da rede socioassistencial, em especial no trabalho realizado pelas equipes de PAIF e PAEFI.

Referência e Contrarreferência: algumas proposições!

Defendemos que o processo de referência e contrarreferência não deve ser entendido e nem praticado como encaminhamento; este faz parte do processo, mas não o esgota. A conceituação destes dois termos traz à cena uma linearidade, considerando que referência é sempre uma solicitação de proteção remetida da proteção básica aos níveis de maior complexidade e contrarreferência é o caminho inverso.

No Caderno “Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS” (2009) encontramos que:

A função de referência se materializa quando a equipe processa, no âmbito do SUAS, as demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social detectadas no território, de forma a garantir ao usuário o acesso à renda, serviços, programas e projetos, conforme a complexidade da demanda. O acesso pode se dar pela inserção do usuário em serviço ofertado no CRAS ou na rede socioassistencial a ele referenciada, ou por meio do encaminhamento do usuário ao CREAS. A contrarreferência é sempre que a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade (proteção social especial) e garante a proteção básica, inserindo o usuário em serviço, benefício, programa e/ou projeto de proteção básica. (BRASIL, 2009; p. 10).

Essa linearidade tem causado muitos equívocos porque se entende, como o proposto na orientação acima, que a referência ocorrerá somente após terminar o processo do TSF na proteção social básica, e a contrarreferência ao terminá-lo na PSE, acionando a estratégia de articulação entre os serviços. Mas a

referência e contrarreferência podem acontecer enquanto o trabalho social com famílias esteja em vigor nos serviços!

No Caderno de Orientações do PAIF, Vol. 2, encontramos a seguinte citação:

[...] a equipe de referência do CRAS, ao encaminhar uma família para o CREAS, a referencia a um CREAS. A partir desse momento, a responsabilidade pelo acompanhamento da família passa a ser do CREAS, até que a situação de violação de direitos seja superada. Recomenda-se o estabelecimento de agendas sistemáticas entre as equipes de referência do CRAS e CREAS, para a discussão e análise dos encaminhamentos das famílias realizados entre os serviços PAIF e PAEFI, e o estudo das situações de vulnerabilidade e risco social mais recorrentes, que demandam ações conjuntas dos dois níveis de proteção social do SUAS [...] (BRASIL, 2012; pg. 47).

O novo Caderno SUAS segue nessa direção ao preconizar que os serviços socioassistenciais

[...] devem compartilhar a responsabilidade no atendimento de famílias que são encaminhadas do CRAS para o CREAS, e vice-versa, e estabelecer compromissos e relações, definir fluxos e procedimentos, reuniões sistemáticas e visitas às unidades, entre outras estratégias de articulação, de forma a possibilitar a proteção integral das famílias e integração entre as unidades do SUAS. O compartilhamento de informações deve se dar de maneira ética e responsável, ampliando-se, assim, a capacidade protetiva das famílias e a responsabilização do Estado.

Isto é garantir a proteção integral à família e aos indivíduos. Mas ao fazer isso, sem reuniões técnicas, sem uma articulação institucional, não se torna efetivo e as famílias percebem que estão indo e vindo sem sentido algum, ou seja, sem resultados. E a família tem grandes chances de desistir do processo de acompanhamento familiar porque se vêem em meio a muitas tarefas, mas sem impactos positivos em suas vidas e/ou dos seus membros.

Quanto mais efetivo é o processo, mais impacto social a família poderá alcançar; no entanto, isto exige a elaboração/aprovação conjunta de fluxos de articulação e trânsito entre os serviços, programas e projetos no sentido da efetivação do processo de referenciamento e contrarreferenciamento. Esta é uma estratégia de articulação e integralidade de proteção social.

Ao realizar a referência/contrarreferência, a unidade de origem não se torna isenta das ações de trabalho social com famílias, o que exige comunicação sistematizada entre as equipes dos serviços junto com o acompanhamento e direcionamento da gestão.

Em outras palavras, trata-se de não perder de vista o caráter complementar dos serviços e programas para desconstruir a ideia de que o encaminhamento é o momento de passar a responsabilidade sobre uma demanda; não basta encaminhar, tem que articular.

Segundo Paula (2017), é nesta relação dialógica que teremos estabelecido o real trabalho do SUAS. Cabe lembrar o que fica também esquecido diante do dilema CRAS versus CREAS: somos parte de uma só equipe, a equipe de Trabalhadores da Política de Assistência Social, e responsáveis, antes de tudo, pela operacionalização dos preceitos que regem a Política.

Como equipe do SUAS, precisamos ter um propósito comum, mesmo que os focos dos nossos trabalhos sejam diferentes no que tange à organização dos serviços. CRAS e CREAS precisam compartilhar seus objetivos e responsabilidades, fazendo com que, de fato, nossa bandeira seja a mesma. Que estejamos unidos em nome daquilo que acreditamos e em nome do protagonismo dos nossos usuários. Que sejamos todos, profissionais de CRAS, CREAS e dos demais equipamentos, a grande equipe do Sistema Único de Assistência Social!

Para que tenhamos efetividade da referência e contrarreferência, é necessário e urgente momentos de diálogos entre equipes de PAIF e PAEFI, compreensão integrada dos profissionais em relação às vulnerabilidades apresentadas pelas famílias, definição e construção de fluxos para encaminhamentos, conhecimento dos serviços socioassistenciais existentes no território pela equipe de referência dos equipamentos; registro permanente dos atendimentos e formação continuada das equipes profissionais.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. MDS: Brasília, 2009.

BRASIL. Orientações Técnicas sobre o PAIF – Volume 2. MDS: Brasília, 2012.

FONSECA, RM. Referência e Contrarreferência na Assistência Social. Maio 2019. In: Rozana Fonseca. Blog Psicologia no SUAS [Internet]. Eunápolis: Fev. 2010. Disponível em: <https://psicologianosuas.com/2019/04/01/referencia-e-contrarreferencia-na-assistencia-social/>

PAULA, LS. CRAS versus CREAS: que trabalho conjunto é esse? Out.2017. In: Rozana Fonseca. Blog Psicologia no SUAS [Internet]. Eunápolis: Fev. 2010. Disponível em: <https://craspsicologia.wordpress.com/2017/11/06/cras-versus-creas-quetrabalho-conjunto-e-esse/>

Metodologias Participativas com ênfase nas ações coletivas e oficinas de reflexão, convivência e ação, com vistas à sua articulação com os objetivos e diretrizes da PNAS.¹

Fabiana Meijon Fadul²

Introdução

As diversas mudanças ocorridas no Brasil nos últimos anos, como as alterações em âmbitos socioeconômicos e culturais, influenciam a dinâmica familiar e social, gerando o aumento da desigualdade social. Essas desigualdades dificultam o cumprimento satisfatório dos deveres básicos da família, que se torna ainda mais vulnerável. Segundo Fadul & Afonso (2018) “as realidades sociais vivenciadas pelas famílias alvo das políticas públicas são compartilhadas em contextos sociocomunitários e são reflexos de contextos sociais desiguais, e, portanto, refletem a questão social, exercendo influência nas suas dinâmicas internas e externas e no exercício da cidadania emancipatória” (Fadul & Afonso, p.84).

Neste sentido, compreender como a participação social pode ser mobilizada para o enfrentamento das condições de desproteção social se faz importante, especialmente no contexto da Política Pública de Assistência Social que prioriza o desenvolvimento das potencialidades da família e dos territórios como forma de ampliar a garantia dos direitos.

Assim, o presente texto visa dialogar sobre a importância das metodologias participativas e a aplicabilidade destas no trabalho social com famílias no Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Para tanto, procuraremos refletir sobre o que são as metodologias participativas, o porquê trabalhar com grupos, especialmente nas políticas públicas, e quais as possibilidades e desafios do trabalho com grupos na Assistência Social.

Participação e seus múltiplos sentidos

Atualmente a temática da participação tem desafiado a compreensão daqueles que trabalham com grupos,

¹Este material foi produzido no contexto do Projeto “Inovações Metodológicas para o Trabalho Social com Famílias – Ed. Litoral Norte Paulista” que ocorreu em setembro de 2019.

²Psicóloga. Mestre em Gestão Social e Desenvolvimento Local - UNA. Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-Minas. Analista de Políticas Públicas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. E-mail: fabianafadul@hotmail.com

uma vez que, para se pensar o processo de participação na sociedade é preciso indagar: quem participa? em quê? para quê? como essa participação acontece? quais são os espaços ou canais de decisão? como o processo de participação contribui para a construção do interesse coletivo? (Milani, 2008, p. 9-10).

O conceito de participação deve ser compreendido para além do simples ato de participar, pois ele é um conceito eminentemente político que requer compreensão sobre a diversidade dos atores sociais envolvidos, seus diversos interesses e tensões de poder envolvidos nos processos decisórios, sendo que “a complexidade dos processos participativos abrange fatores diversos, imbricados no contexto social, cultural e relacional do território” (Fadul & Afonso, 2018, p. 82).

Neste contexto cabe discutirmos como as metodologias participativas podem contribuir para atuação diante dessa complexidade, especialmente em contextos de políticas públicas que requerem cada vez mais a ampliação dos canais participativos. As metodologias participativas podem ser compreendidas, segundo Kummer (2007) como:

Conjunto de métodos com características semelhantes usados para atingir o mesmo objetivo, baseado no princípio fundamental da participação (...). Usando diversos instrumentos específicos, como um convite à ação e ao aprendizado conjunto; possibilitando maior acesso ao poder decisório; apoiando um processo que, na sua essência, facilita e promove a participação ativa das pessoas envolvidas (KUMMER, 2007, p. 67).

As metodologias participativas devem contribuir para a formação de capital social, desde que feita a sua articulação com o território, tomado como um espaço usado e vivido e assim podem se dirigir ao processo de formação para a cidadania emancipatória, fortalecendo a capacidade dos atores sociais para atuarem nos processos decisórios do território (Fadul & Afonso, 2018).

Por meio da escuta qualificada e trabalho com necessidades e demandas dos sujeitos possibilita-se uma maior compreensão das demandas - individual, grupal e coletiva - dentro do contexto sociocultural e assim se problematiza com os sujeitos as dificuldades e projetos buscando compreender a realidade vivida e a realidade desejada e seus determinantes. Busca-se identificar, junto com os sujeitos, acessos e recursos e formas possíveis de ação para transformação no contexto promovendo pontes entre a reflexão e a tomada de decisão junto aos indivíduos, grupos e coletivos em seu contexto social por meio da interação e comunicação por diversas linguagens, como a lúdica e a pedagógica dentre outras, colaborando assim para construir e/ou fortalecer contextos de participação social onde os sujeitos possam encontrar sustentabilidade para os seus processos de reflexão e participação.

Diversas metodologias participativas podem contribuir para a ampliação dos canais de participação em

sociedade, contudo daremos destaque para a Oficina de Intervenção Psicossocial, conforme proposto por Afonso et al (2009), que a define como:

“um trabalho estruturado com grupos, independentemente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, dentro ou fora de um contexto institucional. A elaboração que se busca na Oficina não se restringe a uma reflexão racional, mas envolve os sujeitos de maneira integral, suas formas de pensar, sentir e agir” (Afonso et al (2009 p. 57).

A Oficina de Intervenção Psicossocial se inscreve dentre os métodos da intervenção psicossocial, buscando uma articulação entre o Grupo Operativo de Pichon-Rivière, a Pedagogia de Paulo Freire, a pesquisa-ação crítico-colaborativa, a Psicodinâmica (visão psicanalítica) do Processo Grupal e as teorias psicossociais. O termo “oficina” expressa o seu caráter operativo, de ser um lugar onde há um trabalho e com as demandas, identidades sociais, representações sociais, relações e processos decisórios do grupo e de seus membros (Afonso, 2000).

Para que a Oficina alcance seus objetivos são necessários dois elementos fundamentais: (1) compreensão pelos participantes do grupo em sua dinâmica interna e externa, referida ao contexto sócio histórico; e (2) que experiências e análises de seus vínculos sociais e afetivos, das relações interpessoais, sejam construídas e vividas através da comunicação e da linguagem (Afonso et al, 2009).

Assim, é importante compreender que todos os grupos são constituídos pelas dimensões da convivência (interação), da produção de sentidos sobre si mesmo e sobre o seu contexto (reflexão) e da ação (operatividade). Dependendo da maneira como são organizadas as dimensões de interação, reflexão e ação no grupo, teremos grupos de convivência, grupos de reflexão ou de problematização, grupos operativos/ação, ou outros nomes ainda que expressem a singularidade de cada grupo. Vale destacar que essas dimensões precisam ser manejadas conforme o tipo de trabalho que se pretende realizar, elas precisam dialogar com a execução da tarefa interna e externa para que se consiga, em última instância, possibilitar a aprendizagem no grupo. Essa aprendizagem não se resume à aquisição de conteúdos (Afonso & Abade, SD).

Preparando uma Oficina de Intervenção Psicossocial

Inicialmente é preciso realizar a análise da demanda, uma vez que, como instrumento de intervenção psicossocial, a Oficina precisa estar ligada a uma demanda de um grupo. Esta nem sempre aparece como um pedido explícito de realização de um grupo, até porque nem sempre as possibilidades de trabalho são conhecidas dos usuários.

Assim, o profissional se vê diante de uma análise de “necessidades” (saúde, educação, etc.) da população que, às vezes, lhe dirige pedidos vagos ou restritos dentro de uma organização social já conhecida e cristalizada. O profissional precisa ter uma escuta dessa “necessidade”, articulada ao contexto sociocultural, para poder interpretá-la como “demanda” e poder propor um trabalho que seja fruto da negociação com a população usuária (Afonso & Fadul, 2015).

A identificação de uma demanda está associada a uma *pré-análise* da questão a ser abordada. A pré-análise inclui um levantamento de dados e aspectos importantes que poderão ser relevantes para o trabalho na Oficina. A capacidade de compreensão da complexidade dos fenômenos sociais é exigida, sendo terreno fértil para práticas intersetoriais. A pré-análise possibilita, a partir do tema escolhido, o levantamento de “temas geradores” que poderão ser abordados no grupo, sempre respeitando e consultando os participantes (Afonso & Fadul, 2015).

O tema geral da Oficina é o “*foco*” em torno do qual o trabalho será deslanchado. Em torno do foco surgem os “temas-geradores” que ajudarão a compor o trabalho. Já o “*enquadre*” diz respeito ao número e tipo de participantes, o contexto institucional, o local, os recursos disponíveis, o número de encontros. Ou seja, é preciso preparar uma estrutura para o trabalho (Afonso & Fadul, 2015).

A coordenação do grupo assume um papel de agente cultural, como alguém que mobiliza e facilita os processos participativos na mudança. O coordenador precisa estar atento a esses movimentos para caminhar com o grupo, acolhendo quando necessário, mas também incentivando, mobilizando, refletindo e interpretando. Precisa compreender as fases do processo grupal, os vetores do processo grupal. O coordenador não está no grupo para responder às questões e sim para mediar e ajudar o grupo. A forma como a coordenação se porta diante do grupo está relacionada à sua concepção de proteção social, cidadania, família, pobreza e exclusão social, portanto relacionada à sua forma de conceber os fenômenos sociais (Afonso & Fadul, 2015).

O planejamento de cada encontro resulta do desdobramento do foco ou tema geral e está relacionado à discussão dos temas-geradores. Trata-se de um planejamento flexível, isto é, o coordenador se prepara para a ação, antecipa temas e estratégias, como uma forma de se qualificar para a condução da Oficina. Entretanto, precisa estar ciente e preparado para acompanhar o grupo em seu processo, o que pode e provavelmente vai significar mudanças no planejamento inicial. Nesse momento, é importante definir com o grupo o seu “contrato”. Este planejamento é útil para o coordenador, desde que seja visto como referência e não como obrigatoriedade. Se o coordenador conhece o fio condutor da sessão e conta com algumas possibilidades de técnica, pode adquirir maior flexibilidade no momento mesmo em que está

conduzindo a Oficina (Afonso & Fadul, 2015).

Ter compreensão de como se organiza e se estrutura uma oficina de intervenção psicossocial é importante para que os profissionais se sintam seguros com o uso da técnica e consigam fazer as adequações necessárias compreendendo os limites e possibilidade do uso da técnica diante da realidade de intervenção e contexto de atuação profissional.

O trabalho com grupos no Sistema Único de Assistência Social

Para problematizarmos o trabalho com grupos na assistência social é importante ter clareza da finalidade do Trabalho Social com Famílias - TSF. O objetivo ultimo do trabalho social com famílias no SUAS é afiançar as seguranças socioassistenciais com vistas a garantir os direitos socioassistenciais;

Conforme apontado por Brasil (2016), o TSF incide sobre o campo das relações sociais, define o seu caráter relacional, sendo, portanto, necessário ponderar que quando se postula o caráter relacional do TSF deve-se ter em conta pelo menos duas dimensões: uma concernente às relações que se estabelecem entre os trabalhadores do SUAS e seus usuários no momento em que se presta o serviço; e outra que se refere à incidência do conjunto de procedimentos e ações no campo das relações sociais.

As ações de trabalho social com famílias não estão desconectadas da realidade social compartilhada, antes pelo contrário incidem no conjunto das relações que se entrecruzam na família, ou seja, abarcam as relações que se estabelecem entre a família e outras esferas da sociedade, entre os membros da família e da família com sua rede social primária.

Assim, fomentar processos reflexivos sobre as realidades sociais vivenciadas é buscar um diálogo coletivo que visa enriquecer a maneira como encaram a si mesmas, os outros e a realidade, ao mesmo tempo em que se envolvem na conquista de novas forças e de novos instrumentos para transformar o que vivenciam (Brasil, 2016).

Neste sentido, o trabalho social com famílias deve incrementar as discussões sobre as questões cujas soluções estão fora do alcance das famílias individualmente e possibilitar a organização coletiva. (Brasil, 2016).

Diversas ferramentas e estratégias metodológicas podem ser adotadas para o desenvolvimento do trabalho social com famílias, mas no presente texto daremos destaque para o trabalho com grupos.

Os grupos com famílias constituem uma das principais estratégias de intervenção na Assistência Social visto que possibilitam o compartilhamento de experiências entre os participantes, a reflexão sobre a realidade, o acesso à informação sobre direitos, o apoio à família em sua função protetiva e a construção de projetos de vida que possibilitem ampliação dos direitos sociais.

A opção de se trabalhar com um conjunto de famílias decorre da compreensão de que as pessoas estão em contínuo processo de interação umas com as outras. Por isso se afirma que o ser humano é relacional, necessita do diálogo, da participação e da comunicação. Nesse sentido, as pessoas passam a concretizar a sua existência produzindo, recriando e realizando-se nas suas relações com os outros. Os membros familiares, portanto, se realizam no grupo familiar, ao passo que as famílias se percebem nos contextos comunitários e territoriais em que estão inseridas, ou ainda na interação com suas redes (que podem não estar no mesmo território) (Brasil, 2012).

Nas normativas do SUAS, os documentos que mais explicitam a questão das atividades coletivas são os relativos a proteção social básica com destaque até o momento para o Caderno Orientações Técnicas sobre o PAIF - V2. Contudo, o trabalho com atividades coletivas não é exclusivo da proteção social básica; ele pode, e deve, ocorrer nos demais níveis de complexidade do SUAS. As atividades coletivas podem ser definidas como:

“Consistem na realização de encontros previamente organizados, com objetivos de curto prazo a serem atingidos com um conjunto de famílias; [...] As oficinas com famílias têm por intuito suscitar reflexão sobre um tema de interesse das famílias, sobre vulnerabilidades e riscos, ou potencialidades, identificados no território, contribuindo para o alcance de aquisições, em especial, o fortalecimento dos laços comunitários, o acesso a direitos, o protagonismo, a participação social e a prevenção a riscos (BRASIL, 2012, p. 23-24).

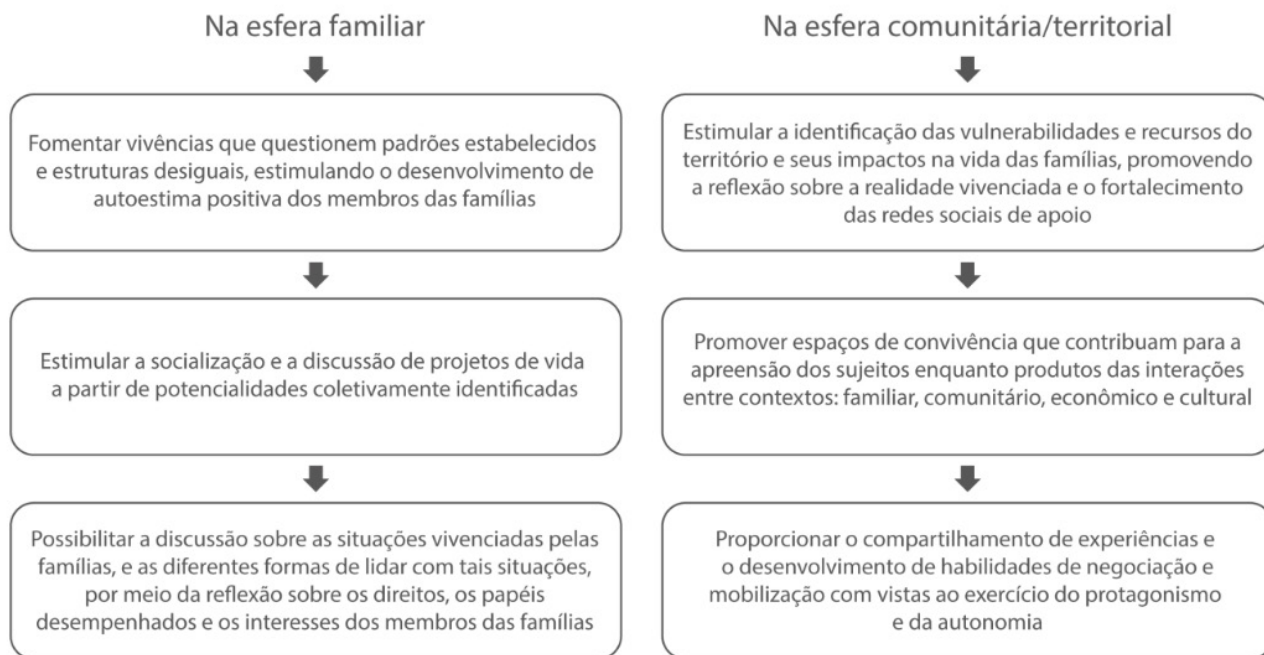
Seus objetivos são a ampliação da contextualização de situações de vulnerabilidade e risco através da reflexão sobre direitos sociais, proporcionando uma nova compreensão e interação com a realidade vivida, negando-se a condição de passividade e favorecendo processos de mudança e de desenvolvimento do protagonismo e da autonomia diante de riscos e vulnerabilidades sociais (Brasil, 2012).

Podemos organizar as atividades coletivas em dois grandes grupos: as oficinas com famílias e as ações comunitárias.

As oficinas com famílias possuem três grandes ênfases para o trabalho, a saber: (1) a reflexão, (2) a convivência e (3) a ação. Para se compreender a noção de ênfase proposta na metodologia é importante ter em mente, como já anteriormente abordado que os processos grupais possuem esses três momentos em seu desenvolvimento. Contudo, a intencionalidade da atuação e forma de manejo técnico possibilitará a

ênfase em uma determinada dimensão do processo grupal. Dependendo da maneira como são organizadas as dimensões de interação, reflexão e ação no grupo, teremos grupos de convivência, grupos de reflexão ou de problematização, grupos operativos/ação, ou outros nomes ainda que expressem a singularidade de cada grupo. Vale destacar que essas dimensões precisam ser manejadas conforme o tipo de trabalho que se pretende realizar.

Constituem escopo das oficinas com famílias (Brasil, 2012):



Fonte: adaptado pela autora de Brasil, 2012.

O enquadre básico das oficinas, independentemente do tipo de ênfase que será adotada (reflexão/convivência/ação) poderá ser o de uma oficina aberta ou fechada à entrada de participantes, ter um ou mais encontros com duração de 60 a 120 minutos e comportar 07 a 15 participantes. Um elemento fundamental para a realização de oficinas com famílias relaciona-se à capacidade técnica para desenvolver um ambiente acolhedor, dialógico e democrático, no qual os participantes sintam-se à vontade para expor suas opiniões e anseios (Brasil, 2012).

Já as ações comunitárias possuem um caráter coletivo ampliado, voltadas para a dinamização das relações no território. Uma diferença importante é que as ações comunitárias possuem um escopo maior que as oficinas com famílias, por mobilizarem um número maior de participantes e agregarem diferentes grupos do território a partir do estabelecimento de um objetivo comum (Brasil, 2012). Essas ações são de fundamental importância pois assumem importante papel na prevenção das potenciais situações de vulnerabilidade e riscos sociais que podem incidir no território, e ainda na divulgação e promoção do acesso a direitos. Podem ser do tipo palestra, campanhas ou eventos comunitários.

As palestras consistem em exposições orais a respeito de um tema que atenda expectativas e necessidades das famílias. Os encontros privilegiarão o repasse de informações e o esclarecimento de dúvidas, além do estímulo à troca de ideias e impressões das famílias sobre determinados temas (Brasil, 2012). Contudo vale destacar que o tema escolhido deve ter uma característica mais informativa e comunitária. No seu enquadre, o formato é aberto, com um encontro de duração de 30 a 60 minutos. Uma diferença importante das oficinas é o número de participantes que geralmente é acima de 30.

As campanhas são “um conjunto de procedimentos dirigidos para a sensibilização, informação, sobre temáticas relacionadas aos direitos socioassistenciais, com o objetivo de induzir uma reflexão crítica, identificar e fortalecer os recursos de uma coletividade e prevenir a ocorrência de vulnerabilidades e/ou riscos sociais” (BRASIL, 2012, p. 30). Podem ser utilizadas diversas técnicas como a panfletagem, colagem de cartazes, utilização de carros de som, rádios comunitárias, jornais, reuniões, mostra de filmes, apresentações artísticas, entre outros, de modo a traduzir um esforço em prol de um tema. Quanto ao enquadre é importante que a campanha tenha um tempo pré-determinado (uma semana, um mês, etc.). É uma ótima oportunidade para construções intersetoriais em torno de uma temática de relevância para o território.

Já os eventos comunitários objetivam a promoção e defesa de direitos, o estímulo à convivência comunitária, o repasse de informações, a valorização da cultura local ou de grupos culturais e as potencialidades do território. Deve ser uma construção coletiva com articulação das lideranças e articulação intersetorial (Brasil, 2012). Vale destacar que cuidados devem ser tomados para se evitar

eventos descontextualizados da finalidade da Política de Assistência Social e com caráter tutelar: a tônica deverá ser a garantia e a promoção dos direitos e a valorização das identidades locais!

Considerações finais

O trabalho com grupos na Assistência Social visa possibilitar um espaço no qual podem ser desenvolvidas habilidades sociais e cognitivas, autonomia, entre outros aspectos que terão impacto no enfrentamento da condição de vulnerabilidade e risco em que se encontram indivíduos, famílias e territórios. Deve sempre possibilitar uma intervenção interativa e ancorada no paradigma da garantia de direito e considerar os problemas vivenciados para além da resolução dos conflitos familiares, requerendo assim a construção de soluções coletivas para seu enfrentamento.

Para um bom desenvolvimento das atividades é necessário buscar compreender tensões entre o controle sobre os usuários e o trabalho que busca fortalecer a autonomia e a cidadania participativa evitando-se condutas prescritivas às famílias bem como a feminilização da intervenção (os grupos com famílias acabam se transformando em grupos apenas de mulheres).

É preciso que os profissionais, responsáveis pela condução das atividades com famílias, desenvolvam competência técnica para trabalharem questões como: conflitos entre os participantes da oficina e relatos de experiências que fogem às expectativas das famílias ou que possam causar forte comoção (relatos de violação de direitos vivenciados, e outros). Para tanto se faz necessário um adequado conhecimento acerca do tema a ser abordado, realizando estudos, pesquisas e dominando conhecimentos e conteúdos técnicos relativos à Política de Assistência Social, além do conhecimento sobre fenômenos de desproteção social. Junto a tudo isso, é necessário aprimorar habilidades de comunicação e compreender o ritmo de cada membro da oficina.

A atuação no campo da Política de Assistência Social através do aprofundamento das seguranças socioassistenciais deve ser o norte que orienta a atuação profissional. Sendo assim, essa atuação será eminentemente coletiva e política, visto que se propõe a ampliar o universo de cidadania dos usuários combatendo as situações de vulnerabilidade e risco social por meio da reflexão de que os problemas enfrentados não são exclusivamente fruto das dinâmicas intrafamiliares, mas que refletem também situações de desigualdade social que geram forte interferência nas famílias e em seus territórios de vivência.

Referências Bibliográficas

Afonso, M. L. M.(2000); Oficinas em dinâmicas de grupo: Um método de intervenção psicossocial Casa do Psicólogo.

Afonso, M. L. M., Abade, F. L. e Silva, M. V. (2009). O processo grupal e a educação de jovens e adultos. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 14(4), p. 707-715.

Afonso, M.L.M. e Abade, F.L. (S.D). O trabalho com grupos na intervenção psicossocial. Mimeo.

Afonso, M.L.M. e Fadul, F. M. (2015). O trabalho com grupos no PAIF: um diálogo interdisciplinar com a Oficina de Intervenção Psicossocial. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(1), p.140-154.

Fadul, F.M. e Afonso, M.L.M. (2018). Os sentidos da participação, cidadania e territórios: um diálogo com as metodologias participativas no PAIF. *PSI UNISC*, v. 2, n. 1, p. 76-89.

Milani, C. R. S. (2008). O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais. *Revista de Administração Pública – Rio de Janeiro*, 42 p. 551-579.

Kummer, L. (2007) Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar. *Conceitos, ferramentas e vivências*. Salvador: GTZ, p. 343-350.

Brasil (2012). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). Orientações Técnicas sobre o PAIF. Vol. 2. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Brasília.

Brasil (2016). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social. Brasília.

A Abordagem de Rede de Lia Sanicola: influências teórico-metodológicas e aspectos técnico-operativos do método

Maria Luisa Pereira Ventura Soares¹

Maria Angela Maricondi²

I. Sobre Estudos e Pesquisas de Rede Social

Destacamos três importantes vertentes de estudos e pesquisas sobre rede social: a Escola Antropológica de Manchester de Max Gluckman, a Escola de Harvard de Harrison White e a Escola de Montreal de Claude Brodeur.

1. Escola de Manchester: Jonh Barnes e Elizabeth Bott

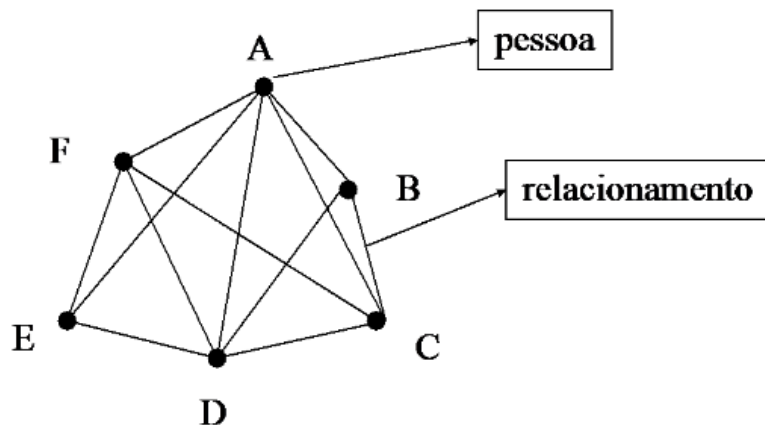
John Barnes pertencia à Escola Antropológica de Manchester do Departamento de Antropologia Social da Universidade de Manchester e sua pesquisa foi desenvolvida em uma pequena comunidade norueguesa de pescadores e camponeses em Bremnes, no ano de 1964. Foi o primeiro a supor que uma dada estrutura social pode ser reconhecida através das interconexões de seus indivíduos. Em outras palavras, Barnes analisava o funcionamento do sistema social de classe de uma comunidade usando os *campos de relação*, isto é, as relações de pertencimento das pessoas do lugar com seus amigos, vizinhos e parentes.

“uma corrente ou sistema interconecto de coisas imateriais (...), ela é uma abstração de primeira ordem da realidade e contém a maior parte possível das informações sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde. (...) Eu a chamo de rede total” (Barnes, 1969 apud Bott, 1976, p. 299).

Os pontos da imagem abaixo representam indivíduos ou grupos e as linhas indicam quais indivíduos interagem com quais indivíduos (Barnes, 1969 apud Bott, 1976).

¹Assistente Social e Docente do Centro Universitário Assunção - UNIFAI - maluventurasoares@gmail.com

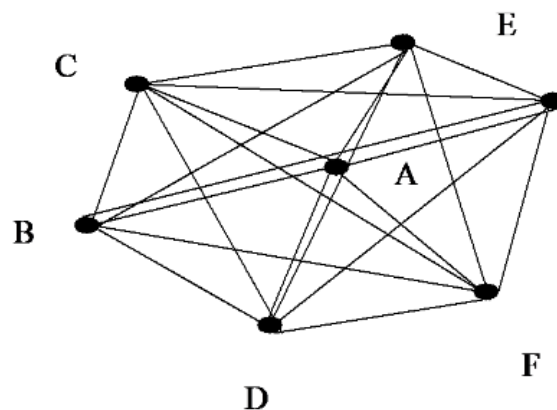
²Psicóloga e Membro da Equipe de Professores do NECA – angela.mar@terra.com.br



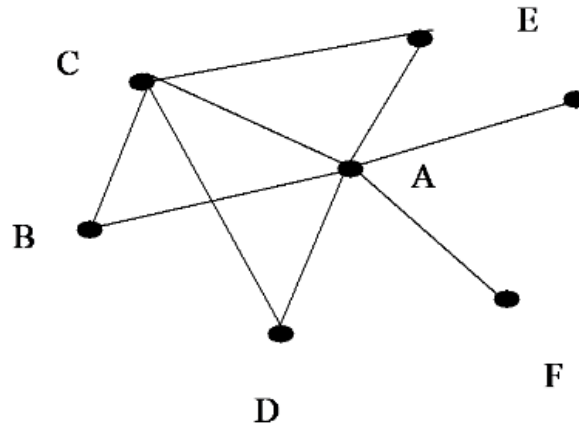
Fonte: Soares, 2001

Elisabeth Bott, em 1957, desenvolveu um estudo com 20 famílias londrinas para explicar as variações do modelo de distribuição de tarefas dentro da família, partindo da categoria classe social e local de moradia. Ela direcionou sua atenção para o âmbito social imediato das famílias, focalizando a atenção sobre as relações externas com amigos, vizinhos, parentes, clubes, locais de trabalho, lazer, etc. Neste estudo ela identificou duas categorias de rede social: as redes de malha fechada, ou seja, as redes em que muitos ou todos os membros interagem, conhecem-se e se relacionam reciprocamente; e as redes de malha aberta, em que poucos membros interagem.

Rede de malha fechada



Rede de malha aberta



Fonte: Soares, 2001

Max Gluckman (1970), diretor da Escola de Manchester, refere que o emprego da noção de rede social permitiu avanços importantes no entendimento de como a família se articula com outros grupos e instituições através da rede de relacionamentos pessoais que ligam seus membros.

2. Escola de Harvard – direção de Harrison White

As pesquisas de rede social dos sociólogos da Escola de Harvard concentraram-se mais na estrutura da rede do que em seu conteúdo, o que termina implicando em um determinismo estrutural que se consubstancia em grande rigor matemático e sofisticação das técnicas de análise. (Forse, 1990).

Pensamos com Trevisi (1998-1999) que, diferentemente da Escola de Manchester, estes pesquisadores buscaram controlar em lugar de gerir a realidade social, sendo sua abordagem fortemente positivista.

3. Escola de Montreal de Claude Brodeur

Embora a Escola de Montreal atue no campo da comunicação organizacional e tenha como seu principal pesquisador James Renwich Taylor, interessa-nos os estudos de rede social de Claude Brodeur que, desde a Escola de Montreal, ligava-se à Escola Antropológica de Manchester, centrando sua atenção na compreensão da dinâmica das redes sociais utilizando o método da observação.

A experiência de Brodeur e sua equipe no Hospital Psiquiátrico de Laurentides, zona rural de Montreal e no povoado do seu entorno, comunidade de cerca de 50.000 habitantes, é inspiradora da abordagem de rede que apresentamos neste artigo, por isso vale a pena conhecê-la mais extensamente.

Brodeur conta que no Hospital, por influência da psiquiatria comunitária, as atividades terapêuticas saíram da instituição fechada para se estabelecerem em pequenas clínicas no povoado, o que permitia um tratamento mais humanizado, uma vez que as pessoas eram acompanhadas em seu ambiente social. Em decorrência desse movimento, o hospital de 900 leitos foi sendo praticamente desativado, restando em funcionamento apenas 300. Desde o início da experiência, a equipe de Brodeur percebeu que sua ação profissional, além de mobilizar as pessoas e suas famílias em suas comunidades, chegaria a atingir toda a comunidade.

Assim, foram convidados dois jovens antropólogos para observarem livremente e anotarem suas experiências de todos os dias, sem utilizarem qualquer protocolo. Brodeur relata que, inicialmente, a intenção dos pesquisadores não era organizar ou dirigir uma ação coletiva, contudo, as circunstâncias indicaram um movimento natural em direção ao coletivo. Foi possível alcançar algumas possibilidades de mudança na comunidade do pequeno vilarejo porque os antropólogos eram uma presença inteligente e sensível que permitia revelar a dinâmica social do lugar.

Animada com os resultados alcançados, a equipe de Brodeur tomou uma decisão radical. Fechou a clínica onde a população buscava remédios e tratamentos de saúde mental substituindo-a pela presença de uma enfermeira e um trabalhador social que frequentavam o vilarejo duas ou três vezes por semana. A dupla não se fixava em um determinado local para atendimento; pelo contrário, circulava onde havia demanda. Visitava domicílios, escolas, igrejas, reuniões do Conselho Municipal e, sempre que possível, encontrava todos os atores envolvidos na situação. Não oferecia terapia, mas propunha-se a dar suporte com vistas a solucionar os problemas apresentados.

Aos poucos, as pessoas do povoado, cujo turismo funcionava apenas 3 meses do ano, começaram a propor projetos que alterariam a vida de todos: foram criadas atividades locais rentáveis, serviços mais eficazes para as pessoas passarem férias, com atividades de lazer durante todo o ano. A depressão geral começou a desaparecer e o povoado saiu de seu entorpecimento. Esta intervenção social mostrou que era possível trabalhar com a comunidade inteira, modificando sua dinâmica profunda e criando um clima mais saudável. Ocorreu também uma transformação na utilização da clínica, que assim deixava de ser frequentada para a solicitação de medicamentos.

Os trabalhadores do hospital criticavam fortemente a intervenção social da equipe de Brodeur por considerarem-na muito lenta do ponto de vista dos resultados e por questionarem as práticas e costumes adotados. Além disso, a administração do hospital, subvencionado pelo Estado em proporção ao número de leitos ocupados, começava a ter sérios problemas financeiros, sendo obrigada a demitir funcionários. Brodeur nos conta: ‘Fomos ingênuos, não nos demos conta a tempo’. O diretor do hospital foi substituído por um administrador sem experiência em psiquiatria. A equipe de Brodeur foi demitida e retomada a velha prática hospitalar. Seis meses depois, os 900 leitos foram reocupados e os trabalhadores recuperaram seus postos de trabalho. Terminou desse modo a primeira experiência de intervenção social da equipe de Brodeur.

A segunda experiência se deu em outro hospital psiquiátrico, localizado na zona urbana de Montreal. Lá foi montada uma Unidade de Pesquisa que tinha que repensar a estratégia de intervenção a ser adotada para não repetir a experiência do Hospital Psiquiátrico de Laurentides. Ofereceram-lhe uma comunidade de cerca de 50.000 habitantes. ‘Para nós foi uma extraordinária e inesperada oportunidade’.

O novo projeto consistiu em desenvolver um método de intervenção que, além das terapias individuais e familiares, provocasse uma mudança na vida da coletividade. A equipe partiu do pressuposto de que em uma cidade como Montreal haveria diversos grupos de pessoas vinculadas entre si de diversas maneiras. A esses agrupamentos, que constituíam o tecido da comunidade urbana, a equipe chamou de ‘rede social’.

Para comprovar a existência dessas redes sociais na comunidade, a equipe de pesquisadores examinou uma série de fichas de admissão em um centro de serviço social. Descobriram que os usuários chegavam com demandas diferentes de atendimento, mas que todos os prontuários continham informações sobre um número considerável de pessoas que conviviam com eles: parentes, vizinhos, amigos. A equipe de Brodeur concluiu que as pessoas que solicitam a ajuda do serviço social não vivem seus problemas isoladamente; vivem-no no interior de uma rede social.

Esta pesquisa sobre a *prática de rede social desde uma perspectiva antropológica* foi iniciada tal qual a anterior. Três observadores frequentaram os ambientes de vida coletiva durante um ano e, semanalmente, toda a equipe realizava uma análise da experiência em curso. Simultaneamente, esta experiência de campo era ensinada na Universidade de Montreal, o que garantia a proteção necessária contra eventuais interferências do tipo da que ocorrera no Hospital Laurentides: se não houvesse progresso em um âmbito, progredia-se em outro.

Brodeur e sua equipe, juntamente com os estudantes e trabalhadores de diferentes instituições, realizaram uma expressiva quantidade de intervenções de rede, para além da experiência psiquiátrica, como por

exemplo: redes de famílias com problemas de diversas naturezas, redes de idosos, redes de jovens em conflito com a lei, redes de imigrantes de diferentes grupos étnicos.

A riqueza das experiências de pesquisa de Brodeur e sua equipe viabilizou a fundação do Instituto de Pesquisa e de Formação sobre Práticas de Rede da Universidade de Montreal. (Brodeur, 1994).

II. Caracterização das Redes Sociais

Uma rede social é constituída por um conjunto de relações interpessoais a partir das quais uma pessoa mantém sua própria identidade social³, recebe sustento emotivo, ajuda material, serviços, informações, tornando possível o desenvolvimento de relações sociais posteriores. Uma rede caracteriza-se segundo o número de pessoas envolvidas, suas inter-relações, os laços estabelecidos e o tipo de troca intercambiada. Cada pessoa e cada família são de fato o “nó” de um entrecruzamento de relações que constituem uma rede (Sanicola, 1996, p. 27). Para esta autora, antes de ser um conceito a rede social é um objeto porque existe na realidade; há um trabalho de reflexão que reconhece esse objeto e lhe dá um nome, conferindo-lhe, portanto, um conceito (Sanicola, 1999).

Existem redes de diferentes tipos: primárias, secundárias formais e informais, de terceiro setor, de mercado e mistas. Elas se diferenciam pelo tipo de troca intercambiada: a reciprocidade, a solidariedade, o direito, o dinheiro, ou uma combinação de dois ou mais tipos de trocas (Brodeur e Rosseau, apud Besson, 1994).

1. Redes Sociais Primárias

De acordo com Rosseau, “a rede primária é uma unidade de vida social com história, que agrupa algumas pessoas conhecidas e unidas por vínculos de parentesco, de vizinhança, de amizade e de trabalho” (Rosseau apud Benson, 1994, p. 251).

Algumas características dos vínculos estabelecidos nas redes primárias podem ser exemplificadas assim: os vínculos de parentesco são caracterizados quando, em casos de doença, existe necessidade de cuidados físicos. Normalmente, são as pessoas da família que assumem este tipo de atenção, pela proximidade e intimidade relacional com a pessoa doente. É possível haver situações em que algum

³Refere-se a hábitos, costumes, crenças e valores de uma determinada rede social que conferem à pessoa determinadas características.

amigo especial assuma este papel. Neste caso, costuma-se afirmar que este relacionamento atinge uma intimidade tal que se considera este amigo como se fosse alguém da família. Há também casos em que a situação de doença se agrava sendo necessária uma ajuda profissional, aqui denominada rede secundária.

A presença dos vizinhos na rede primária ocorre e é valorizada devido à proximidade física. Na rede, a vizinhança pode ser ativada ou não. A relação com o vizinho ocorre por constituir-se uma presença fisicamente próxima. O vizinho se move porque está presente, não porque tenha uma responsabilidade. Antonio Mutti, na sua pesquisa sobre redes primárias, quando aborda a relação com a vizinhança, assinala condições que facilitam este vínculo, a saber: residir no mesmo lugar por um longo período de tempo, domicílio em áreas de alta densidade residencial, permanência prolongada em casa (normalmente ocasionadas pela condição de aposentadoria ou desemprego), entre outras (Mutti, 1989, apud Trevisi, 1998-1999).

O colega de trabalho é outro tipo de vizinhança que, por sua vez, é diferente da relação com o amigo. Na relação com o amigo, há uma experiência de escolha, de preferência, sendo possível afirmar que a amizade é um âmbito de relacionamento em que se manifesta a seletividade. Com o amigo faz-se uma experiência de afeição profunda, sendo que a relação de amizade pode perdurar independentemente do tempo e da proximidade física.

Segundo a equipe de Brodeur, uma rede social primária possui três características:

- Constitui-se como entidade coletiva e não como união de relações focalizadas sobre uma pessoa; portanto, possui sinergia.
- Forma um conjunto dinâmico devido às diferentes circunstâncias vivenciadas pelas pessoas, ou seja, é passível de flutuações no tempo; depende por um lado do que denominamos ciclo vital e, por outro, dos acontecimentos. Neste sentido, constitui-se como espaço de integração entre o macro e o micro social e os lugares de formação da identidade pessoal e cultural.
- Constitui-se como um agrupamento de pessoas unidas por vínculos de natureza afetiva, experimentados nos seus aspectos positivo e negativo, mais do que funcionais, ou seja, os vínculos se mantêm independentemente da existência de alguma tarefa específica (Guédon, apud Besson, 1994).

Nas redes primárias, os vínculos estão fundados na reciprocidade e na confiança e não no intercâmbio monetário, sendo, portanto, concebidos neste caso como intercâmbio simbólico (Besson, 1994).

Para Sanicola (1994), a família constitui uma rede de solidariedade, quase sempre eficaz para oferecer os cuidados necessários a seus membros, especialmente quando apresentam incapacidade temporária ou permanente para prover autonomamente suas necessidades, como nos casos de crianças, idosos, nos casos de enfermidades físicas ou psíquicas e ainda, de desemprego.

2. Redes Sociais Secundárias

Segundo Besson, são construídas e produzidas a partir de uma engenharia social. Podem apresentar-se de cinco formas: rede secundária formal, informal, de terceiro setor, de mercado e mista (1994).

A **rede secundária formal** “é constituída por instituições sociais com existência oficial e estruturação precisa, que desenvolvem funções específicas ou fornecem serviços particulares” (Besson, 1994 p. 253). Ela se caracteriza pela **troca fundada no direito**; presta serviços e intervém de acordo com as demandas das pessoas.

Os vínculos que se estabelecem com os membros das redes secundárias formais não se constituem de maneira natural; eles se definem em função dos serviços prestados.

A **rede secundária informal** é aquela que se constitui a partir de uma rede primária quando surge uma necessidade ou dificuldade comum para o que um grupo de pessoas organiza voluntariamente um auxílio ou um serviço. Nesta rede, o **vínculo é fundado na solidariedade** e se trocam serviços; o intercâmbio é pouco formalizado, existindo um mínimo de organização para um máximo de eficácia. Esta rede é efêmera, normalmente é constituída para responder a uma necessidade temporária. As pessoas constituem essa rede baseando-se na identificação de algum tipo de problema vivenciado pelos membros que fazem parte da mesma rede. Um exemplo deste tipo de rede pode ser dado por pessoas que se organizam para levar as crianças à escola.

Verifica-se que, quando essas redes estão destinadas a durar no tempo, elas tendem a se formalizar transformando-se em associações cujas relações estabelecem regras mais precisas, como é o caso embrionário das pessoas que se organizam para cuidar dos filhos com deficiência e mais tarde transformam esse serviço numa rede de terceiro setor.

3. Redes Secundárias de Terceiro Setor

A rede secundária de terceiro setor se constitui para prestar um serviço sem visar lucro. Portanto, nela circulam **vínculos fundados no direito e na solidariedade**. São compostas por associações e

organizações da sociedade civil, cooperativas sociais e fundações.

4. Redes Secundárias de Mercado

Congregam atividades econômicas rentáveis, estando sua existência diretamente ligada à **circulação de dinheiro**, como por exemplo, empresas, estabelecimentos comerciais, setores de serviços, atividades prestadas por profissionais liberais, entre outros atores.

5. Redes Secundárias Mistas

São mistas porque mesclam meios de intercâmbio, ou seja, ao mesmo tempo em que prestam serviços **garantindo direitos**, o fazem mediante **pagamento em dinheiro**, como é o caso das clínicas de saúde privadas e dos convênios médicos.

III. Dimensões de Análise das Redes Sociais

São três dimensões de análise que vamos utilizar: estrutura, função e dinâmica (Sanicola, 1995, p. 142-144). Nas três dimensões, há características importantes que devem ser observadas, anotadas, analisadas em conjunto com vistas ao trabalho de intervenção social.

1. Estrutura

Trata-se da forma como a rede se apresenta. Seus indicadores são:

- *Amplitude*: diz respeito à quantidade de pessoas presentes e permite afirmar se uma rede é pequena ou grande.

- *Densidade*: refere-se à quantidade de pessoas que se conhecem entre si. Costuma-se dividir nas seguintes categorias: rede de três pessoas; de quatro a nove pessoas; de dez a quinze pessoas; de dezesseis a trinta pessoas; de mais de trinta pessoas. Este indicador permite visualizar quantos laços existem entre os membros de uma rede e identificar os nós, que são os pontos de maior densidade da rede.

- *Intensidade*: refere-se ao quantum de intercâmbio realizado e se as coisas intercambiadas são materiais, afetivas ou informativas. Utiliza-se a seguinte escala: poucas coisas; muitas coisas; coisas materiais; muitas coisas menos questões íntimas; muitas coisas materiais inclusive questões íntimas, e muitas questões íntimas. Observando a intensidade dos vínculos, o operador social está em condições de fazer

algumas perguntas e fornecer informações. As informações recebidas são úteis na medida em que os membros da rede as internalizam e se tornam mais conscientes de seus recursos, ativando-os.

- *Proximidade/Distância*: este indicador é útil porque permite a reflexão sobre a distância afetiva e revela os graus de intimidade ou não entre seus membros. São eles: extrema proximidade; familiaridade; reserva; frieza e ruptura (separação).

- *Frequência*: refere-se o vínculo é esporádico ou sistemático. A frequência é assim definida: todos os dias; duas a três vezes por semana; uma vez por semana; de três a seis meses; mais ou menos uma vez por ano.

Duração: trata-se do tempo de conhecimento entre as pessoas da rede.

- *Proximidade física*: este indicador dá a percepção de que uma rede pode viver no mesmo perímetro ou deslocada a quilômetros de distância. Refere-se ao local onde os membros que compõem a rede habitam: na mesma casa; no mesmo prédio ou comunidade; na vizinhança; no mesmo bairro; em outra cidade; em outro Estado; em outro País.

2. Função

Cada pessoa, por nascimento, pertence a uma determinada rede, mas ao longo da vida ela irá se envolvendo com outras pessoas e outras redes. Tais possibilidades de acesso são dadas pela liberdade das pessoas em relação às condições oferecidas pelas próprias redes e pelo intercâmbio que determinam uniões que nunca são perfeitamente simétricas. Por isso, na rede primária manifesta-se a estratégia colocada em ato por uma pessoa para encarregar-se de sua própria vida em um momento dado de sua história.

As diferentes redes sociais desempenham funções de **ordem material** (alimentação e vestuário, por exemplo) e de **ordem psicológica** (segurança, pertença, identidade e reconhecimento).

- *Suporte*: este tipo de ajuda intercambiado na rede pode ser: material, afetivo e informativo. Pode ocorrer quotidianamente ou em caso de emergência, ser fornecido por muitas pessoas ou por uma só.

- *Natureza das trocas*: podem ser de solidariedade, reciprocidade, dinheiro, direito, ou uma mescla de algumas delas.

- *Efeito do suporte*: pode ser motivador (encorajamento/desencorajamento, esperança/pessimismo); normativo (influência positiva/ influência negativa); de autoestima (positiva/fortalecimento ou negativa/ameaça); estado psicológico geral (positivo/bem-estar e segurança ou negativo/tensão e mal-estar).
- *Modalidades*: 02 tipos: no tempo (esporádica ou durável/permanente) e na relação (de reciprocidade ou de multidimensionalidade⁴).

3. Dinâmica

Refere-se à dinâmica das relações presentes em uma determinada rede. Nosso olhar é conduzido a observar fenômenos dessa natureza, identificando modos de relação e hábitos culturais. Nesta perspectiva, vale considerar:

- *Correlação de forças*: quem exerce a autoridade na rede, de que tipo, sobre quem.
- *Complementaridade e antagonismo*: há articulação de esforços ou antagonismo e contraposição.
- *Troca de rede*: por algum motivo a pessoa não se sente acolhida ou não encontra possibilidade de relacionamentos positivos dentro da rede.
- *Lógica e exercício do mandato*: referem-se aos valores, regras e normas das pessoas que integram determinada rede.
- *Eventos críticos*: episódios que demandam reorganização da vida das pessoas na rede, como por exemplo, o nascimento de um filho.
- *Separações, interrupções, rupturas*.
- *Isolamento*: a pessoa se sente separada, longe, fora de contexto naquela rede (não se trata de ausência física ou carência afetiva).
- *Transgressão de regras pelas pessoas ou pelas próprias redes*.
- *Repetições de acontecimentos*.

⁴A multidimensionalidade significa o exercício de mais de uma função por uma determinada pessoa da rede.

IV. O operador social

Uma pessoa que atua com redes sociais é assim chamada porque age, opera, atua. A palavra ‘**operador**’ indica movimento, significa que a pessoa que trabalha com essas redes coloca-se a serviço dos vínculos nelas existentes, promovendo sociabilidade, mobilizando relações, catalisando novos ou renovados vínculos.

Segundo Solymos e Soares (2002), o profissional que atua na área social logo se dá conta de que precisa trabalhar em si pelo menos três aspectos fundamentais: uma existência sem preconceitos, sua disponibilidade para os outros e sua capacidade de desfocar-se do problema.

a) uma existência sem preconceitos consiste em saber agir frente os acontecimentos da vida, isto é, os acontecimentos ocorridos no interior das redes, partindo dessa realidade e não da ideia que forma sobre ela. Esta postura exige uma 'abertura existencial', isto é, exige saber reconhecer e valorizar o que ocorre em detrimento daquilo que se deseja, projeta e idealiza. Significa interessar-se pelo cotidiano, pelo modo de vida das pessoas, e não unicamente por suas fraquezas e dificuldades. Implica em acolher as pessoas, respeitando seu ritmo e o ritmo dos acontecimentos. Significa poder aguentar as contradições inerentes às redes: enquanto algumas pessoas ajudam, outras criam dificuldades; algumas redes dão apoio, outras descuidam, castigam, marginalizam, comprometem, traem.

b) a disponibilidade tem que estar presente no comportamento do profissional e nas condições objetivas de exercício do trabalho. Disponibilidade significa flexibilidade em relação aos modos, aos lugares, aos tempos e aos ritmos das pessoas, famílias e suas redes (Sanicola, 1995).

c) o profissional social deve ser capaz de não se restringir ao problema, nem pretender que este necessariamente mude. Ele precisa desfocar-se do problema e centrar sua atenção nas possibilidades de vida das pessoas atendidas. É deste modo que nasce a percepção de que há dificuldades que podem ser equacionadas paulatinamente; e que uma boa intervenção é aquela que permite que a própria rede assuma a responsabilidade de encontrar os meios para seu enfrentamento.

V. Aspectos Metodológicos da Intervenção de Rede.

Segundo Sanicola (1997), a intervenção de rede é uma prática de trabalho social que se caracteriza pela centralidade que as redes primárias assumem ao se considerar as pessoas em relacionamento recíproco dentro de uma rede. As redes primárias interessam ao operador social na medida em que se trata de uma forma de intervenção que ocorre

“no ambiente de vida, que reúne no mesmo lugar e ao mesmo tempo a pessoa que expressou uma demanda, ou pela qual se fez uma demanda, e sua família, seus amigos, colegas de trabalho e outros membros importantes de sua rede, que estão disponíveis ou que consentem estar implicados na definição do problema emergente, em relação ao qual, é necessário assumir responsabilidades e encontrar soluções” (Blanchet, apud Besson, 1994, p. 254).

Este tipo de intervenção centra atenção na possibilidade das pessoas com relacionamentos significativos se encontrarem, para que possam assumir responsabilidades face às necessidades que surgem. Parte da premissa que cada pessoa é responsável pela própria vida, concebendo-a junto a outras pessoas.

Em artigos anteriores quando apontamos que partimos das redes primárias na perspectiva de atuarmos no seu fortalecimento, houve equívoco de compreensão dessa abordagem, avaliando que nesta utiliza-se a perspectiva familista. (Mioto et al, 2015). Isso é absolutamente errôneo, pois mapeando a rede social, constata-se a presença tanto da rede primária como da secundária. A partir da demanda apresentada articula-se ações para que a rede secundária assuma suas responsabilidades, ou seja, que se exija a realização e efetivação do direito.

Na fundamentação de Sanicola, verifica-se que ela valoriza as redes sociais primárias em detrimento das redes sociais secundárias quando fala na centralidade das redes primárias, sugerindo um ideal de trabalho social onde, ao final, as famílias estariam tão fortalecidas que poderão prescindir das redes secundárias. Nosso percurso de trabalho com esta metodologia revela a importância da rede primária protagonizar a construção da rede social instrumentalizando-a para acessar seus direitos e utilizar os serviços públicos que necessita.

Atualmente entendemos que não existe centralidade desta ou daquela rede no método; o que existe são multacentralidades de redes de diferentes tipos que deverão ser acessadas pelo operador social com as pessoas que buscam atendimento para o enfrentamento de sua demanda, seja ele de natureza material, relacional ou social.

A partir deste novo dimensionamento da importância das redes sociais primárias e secundárias na Abordagem de Rede, vamos sintetizar agora seus cinco elementos metodológicos:

- O ponto de partida é a existência de uma demanda individual ou coletiva, ou o surgimento de um problema;

- A ação se desenvolve a partir de reuniões e encontros;
- O operador social começa atuando com a pessoa que traz a demanda e as pessoas que lhe são significativas;
- Gradualmente, o operador social vai comprometendo outras redes, especialmente aquelas que efetivam direitos (organizações governamentais e não governamentais);
- As condições mínimas necessárias para a realização do trabalho são o consenso e a disponibilidade das pessoas (redes primárias) e das instituições (redes secundárias);
- O trabalho se estrutura preferencialmente nos ambientes de vida das redes envolvidas (domicílios, comunidades, serviços públicos, igrejas, entre outras) e demanda um tempo necessário.

VI. Aspectos Técnico-Operativos da Intervenção de Rede.

1. Confecção do Mapa de Rede Social

Para conhecer melhor o problema e os recursos com os quais a pessoa conta (ou não conta) para solucioná-lo, o MAPA DE REDE tem grande utilidade técnica.

- Comece identificando quais pessoas poderiam ajudar nessa situação e que tipo de ajuda cada uma ofertaria. Há três maneiras de fazer isso: (a) fazendo uma relação de nomes com quem a pessoa se relaciona e convive regularmente; (b) fazendo uma descrição de um dia comum, de um final de semana e de um dia incomum; (c) gerando uma lista de nomes a partir de uma questão precisa. No final do texto constam quadros cujo preenchimento poderá ajudar na identificação de pessoas e instituições significativas.
- Necessário o operador social ter clareza das razões pelas quais ele se interessa por uma determinada rede e com que objetivo está utilizando esta forma de intervenção. Com a lista pronta, inicie a CONFECÇÃO DO MAPA. Faça com; não faça por. No final do texto constam tabelas de representação gráfica de redes e de vínculos.

No encontro em que é elaborada a primeira lista de nomes, é fundamental ter presente que nem sempre os nomes citados em primeiro lugar são os mais significativos. Pode acontecer que em outros encontros, ao ser referido um acontecimento significativo, sejam introduzidas novas pessoas na representação

gráfica da rede. As instituições da rede secundária também podem ganhar protagonismo imediato ou irem surgindo enquanto resultados do próprio trabalho.

Pode ocorrer de início que algumas pessoas e situações nem sejam referidas para o mapa, por representarem vivências delicadas, negativas ou até traumáticas; será necessário considerar um tempo de construção de vínculo de confiança para que elas apareçam no discurso.

É comum ocorrerem descobertas interessantes a partir da observação de um desenho de rede assim elaborado: a pessoa passa a olhar para além de suas dificuldades e vínculos negativos, descobrindo recursos que até então não enxergava. Este fenômeno é um grande recurso da própria abordagem.

Quanto ao discurso coletivo que subjaz no ambiente da rede, será necessário identificá-lo em seu complexo de normas, regras, atitudes, crenças e modos específicos de comunicação. Ele tem sua face explícita e sua face implícita. O discurso coletivo é portador de relações sociais e reivindicações acerca do que acontece entre as pessoas e as redes. Escutando atentamente o que dizem os membros de uma rede, o operador social poderá formular hipóteses de trabalho com vistas a apoiar o grupo para a solução do problema que originou a intervenção social.

2. Representação Gráfica das Relações de Rede

Pode ser de 02 tipos: representação gráfica em forma de torta e representação gráfica em forma de mapa.

2.1. Representação gráfica em forma de torta

Esta representação gráfica centra sua atenção na pessoa. É bastante fácil desenhá-la; ela permite a visualização da rede primária: familiares (mesmo domicílio), parentes, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, outras pessoas que se deseja incluir, conforme indica a figura abaixo. Qualquer um destes campos pode estar constituído por muitos nomes ou estar vazio. As pessoas são desenhadas em função da distância afetiva relatada pela pessoa que demandou a ajuda, estando ela própria representada no centro do diagrama.



Fonte: Sanicola, 1999

2.2. Representação gráfica em forma de mapa

A representação gráfica em forma de mapa permite visualizar quais relações se estabelecem entre quais pessoas e instituições. É uma representação ampliada na medida em que não se restringe ao problema apresentado; outros atores e relações têm lugar aqui.

Um desenho de mapa como este não é um instrumento estático. Pelo contrário, o mapa **deve ser datado** porque representa um determinado momento de vida e da história da pessoa e suas redes sociais.

Estes mapas constituem suportes facilitadores de reflexão. Seu estudo pelos profissionais envolvidos no trabalho de rede suscita intercâmbios ricos e expressivos, além de ideias novas acerca das intervenções. Como já indicado acima, utilize os quadros ao final do texto para representar pessoas, instituições e os vínculos entre elas.

3. Organização dos Encontros

Após a confecção do mapa e o alcance de consenso quanto a quem chamar, o primeiro encontro de rede já pode ser realizado.

Ao agendar estes encontros, o operador tem em mente as seguintes finalidades:

- Favorecer a consolidação das relações existentes, promovendo a mobilização das redes em relação ao coletivo, de tal modo que as pessoas da rede possam reconhecer-se, identificar-se e confirmar sua participação;
- Estimular e fortalecer a expressão de suas capacidades em dar sustentação, promovendo a mobilização da rede em direção à autonomia, de tal modo que as pessoas possam se ocupar de seus problemas e acessar os serviços públicos de que necessitam;
- Centrar atenção nos recursos e possibilidades positivas presentes na rede, o que redimensiona o problema trazido pela pessoa.

4. Diário de Campo

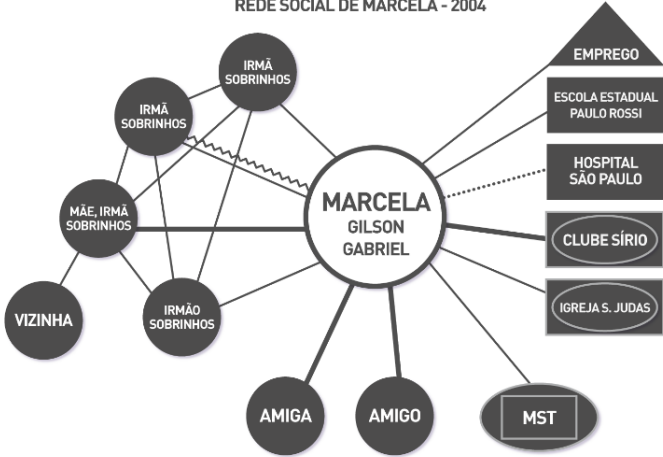
O diário de campo é um instrumento precioso enquanto memória dos acontecimentos. Ele contém as passagens, os encontros, os acontecimentos, as observações, as reflexões, as impressões e também os sentimentos ordenados ou desordenados registrados em ordem cronológica. A cada acontecimento põe-se em dia o diário de campo.

Em outras palavras, é fundamental registrar a experiência de trabalho, com tudo que ela implica.

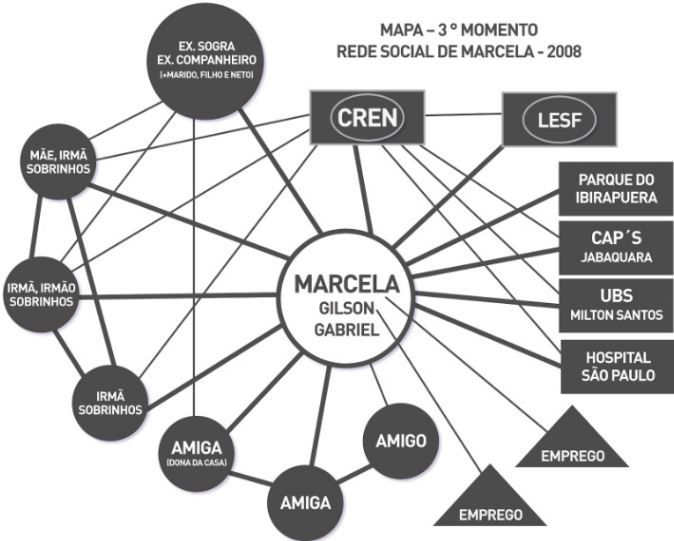
5. Um Desenho de Mapa de Rede

Apenas a título de ilustração, inserimos dois mapas de rede de um caso trabalhado por Maria Luisa P. V. Soares e publicado por Lia Sanicola em seu livro: *As Dinâmicas de Rede e o Trabalho Social* (págs. 232-246).

MAPA - 1 ° MOMENTO
REDE SOCIAL DE MARCELA - 2004



MAPA - 3 ° MOMENTO
REDE SOCIAL DE MARCELA - 2008



VII. Considerações Finais

A Abordagem de Rede aqui descrita amplia nosso horizonte de compreensão da realidade familiar uma vez que identifica aspectos socioeconômicos, relacionais, culturais e de articulação entre pessoas e instituições, através do levantamento de sua história e da confecção de seus mapas de rede.

Além disso, os encontros de rede coordenados pelo operador social oferecem recursos adicionais de intervenção com vistas ao fortalecimento da família e de seu acesso às políticas públicas, que são direitos da população.

Nesta perspectiva, a pessoa não é vista de forma isolada, pelo contrário, é vista sempre em seu contexto relacional e social.

Nossa experiência prática e de formação de trabalhadores e trabalhadoras das políticas públicas vem ocorrendo mais especificamente no âmbito do Trabalho Social com Famílias no SUAS. Interessante observar profissionais dos serviços de proteção social básica, média e alta complexidade envolverem-se ativamente no aprendizado desta abordagem, mas pouco dispostos a utilizá-la em seu cotidiano de trabalho. Por quê?

Sabemos que se trata de uma abordagem que exige planejamento, abertura para o novo, envolvimento para além das condutas repetitivas, enfim, que nos exige muito...

Não existe uma única metodologia de trabalho com famílias. Elas são muitas. Assim, sugerimos a inclusão desta abordagem no bernal de possibilidades inovadoras de trabalho social com famílias.

VIII. Referências Bibliográficas

BESSON, C. Dalle definizione all'operatività. In: L'intervento di rete – a cura di Lia Sanicola. Napoli: Liguori Editore, 1994 – p. 245-255.

BOTH, E. Família e rede social. 2a Edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1976.

BRODEUR, C. Storia dell'intervento di rete. In: L'intervento di rete - a cura di Lia Sanicola. Napoli: Liguori Editore, 1994 - p. 203-210.

FORSE, M. Contribution à une morphologie des rôles réticulaires, In: Societes Contemporaines - Réseaux Sociaux, L' Institut de Recherche sur les Societes Contemporaines. IRESCO - CNRS. L'Harmattan. Paris. 1990.

MIOTO, RCT, CAMPOS MS, CARLOTO, CM, (ORGS) Familismo direitos e cidadania: contradições da política social, Cortez, São Paulo, 2015.

SANICOLA, L L'intervento di rete - a cura di Lia Sanicola. Napoli: Liguori Editore, 1994.

SANICOLA, L. L'intervento di rete. Una innovazione nel lavoro sociale. in Reti sociali e intervento professionale - a cura di Lia Sanicola. Napoli. Liguori Editore. 1995. p. 101-111.

SANICOLA, L. Redes Sociales y menores en riesgo. Buenos Aires. Editorial Lumen-Humanitas. 1996.

SANICOLA, L. L'intervento di Rete - a cura de Lia Sanicola. Università Cattolica del Sacro Cuore. Milano, 1997. [mimeo].

SANICOLA, L. Curso de rede Social. Centro de Recuperação e Educação Nutricional. São Paulo. 04 à 07 de Setembro. 1999.

SANICOLA, L. As Dinâmicas de Rede e o Trabalho Social, 2º edição ampliada, Veras Editora, 2015.

SOARES, MLPV. Rede Social no Centro de Recuperação e Educação Nutricional: uma proposta de abordagem metodológica com famílias. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

SOLYMOS, GMB e SOARES MLPV. A família e seu contexto. In: São Paulo. Secretaria Municipal de Saúde. Programa Saúde da Família. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Projeto Nossas Crianças: Janelas de Oportunidades. [mimeo: book de apoio]. São Paulo (SP); 2002.

TREVISI, G. La Distribuzione del carico di cura di minori: l'intervento di rete. Cap. I. Profilo teorico delle reti sociali: cenni storici. Universidade degli Studi di Parma. Facoltà di Lettere e Filosofia. Corso di Laurea in Pedagogia, 1998-1999 [mimeo].

QUADRO 1 - LISTA DAS PESSOAS E INSTITUIÇÕES QUE FAZEM PARTE DA SUA VIDA

FAMÍLIARES (que moram no mesmo domicílio)	PARENTES	AMIGOS	VIZINHOS	COLEGAS DE TRABALHO	INSTITUIÇÕES (redes secundárias)

Fonte: Guay J. (apud Sanicola, 2015, p.166), modificado pelas autoras.

QUADRO 2 - TIPOS DE SUPORTE







	FAMÍLIARES (que moram no mesmo domicílio)	PARENTES	AMIGOS	VIZINHOS	COLEGAS DE TRABALHO	INSTITUIÇÕE S (redes secundárias)	OUTROS	NÍVEL DE SATISFAÇÃO³
Ajuda cotidiana:								
• Bens materiais, objetos.								
• Dinheiro								
• Serviços								
Ajuda emergencial								
Suporte emocional/afetivo								
Suporte normativo								
Conselhos/informações								
Vida social/divertimentos								
Multidimensionalidade⁶								
Reciprocidade⁷								

³ Utilizar as seguintes alternativas: muito satisfeito (**MS**) / satisfeito (**S**) / pouco satisfeito (**PS**) / insatisfeito (**I**).

⁶ Inserir as iniciais das pessoas que exercem mais de uma função de apoio

⁷ Inserir as iniciais das pessoas com as quais as relações são recíprocas

Fonte: Guay J. (2000 apud Sanicola, 2015, p.173), modificado pelas autoras.

TIPOS DE REDES	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA
REDES PRIMÁRIAS (relações de reciprocidade entre parentes, vizinhos, amigos e colegas de trabalho)	
REDES SECUNDÁRIAS FORMAIS (onde circulam direitos: instituições públicas de educação, saúde, assistência social, etc.)	
REDES SECUNDÁRIAS INFORMAIS (onde circula solidariedade)	
REDES SECUNDÁRIAS DO TERCEIRO SETOR (onde circulam solidariedade e direitos: instituições não governamentais)	
REDES SECUNDÁRIAS DE MERCADO (onde circula dinheiro)	
REDES SECUNDÁRIAS MISTAS (onde circulam dinheiro e direitos: escolas particulares, convênios médicos, etc.)	

Fonte: Rosseau (apud Sanicola, 2015), modificado pelas autoras.

TIPOS DE VÍNCULOS	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA
"NORMAL"	
FORTE	
FRACO / FRÁGIL	
CONFLITUOSO	
ROMPIDO POR SEPARAÇÃO OU DIVÓRCIO	
INTERROMPIDO	
DESCONTÍNUO	
AMBIVALENTE (quando, por exemplo, a pessoa A possui um vínculo fraco com B e a pessoa B possui um vínculo descontinuo com A)	

Fonte: Benson (1994 apud Sanicola, 2015), modificado pelas autoras.

Enrique Pichon-Rivière e os Grupos Operativos

Maria Leila Montiani Palma¹

Enrique Pichon-Rivière (1907/1977), médico e psiquiatra, desenvolveu a técnica dos grupos operativos a partir de uma experiência no hospital de Las Mercedes, em Buenos Aires, por ocasião de uma greve de enfermeiras. Ao constatar que a greve inviabilizaria o atendimento aos pacientes portadores de doenças mentais, propôs aos pacientes “menos comprometidos”, uma assistência aos “mais comprometidos”. A experiência resultou em benefícios para ambos os pacientes - cuidadores e cuidados - na medida em que houve uma maior identificação entre eles e que se estabeleceu uma parceria de trabalho, uma troca de posições e de lugares, trazendo como resultado uma melhor integração.

Começou a trabalhar com grupos ao observar a influência do grupo familiar em seus pacientes. Sua prática psiquiátrica esteve subsidiada principalmente pela Psicanálise e pela Psicologia Social, sendo ele o fundador tanto da Escola Psicanalítica Argentina (1940) como do Instituto Argentino de Estudos Sociais (1953). Para ele, o objeto de formação do profissional deve instrumentar o sujeito para uma prática de transformação de si, dos outros e do contexto em que estão inseridos. Transformação que tem o sentido de mudança, de *aprendizagem*, conceito fundamental na sua teoria.

Contrapondo-se à divisão cartesiana entre mundo objetivo e experiência subjetiva, Pichon-Rivière afirma que o sujeito é ativo, que constrói a realidade, que o conhecimento é um processo, e não um estado, e que esse processo é realizado em contextos socialmente situados. É assim que a *aprendizagem* é entendida, como uma relação instrumental entre sujeito e realidade, ou seja, um vínculo gerado por meio de práticas que não apenas formam uma imagem “interna” da realidade (pré-conceitual e conceitual), mas também modificam as ações do sujeito e do mundo. Essa relação instrumental é marcada pela necessidade em torno da qual o sujeito faz um corte significativo do mundo como um “objeto de conhecimento”. A necessidade implica que o objeto pareça problemático para o sujeito, isto é, pode estar faltando, evidenciando a separação ou a dilematicidade da relação sujeito-objeto.

Realizar um processo de conhecimento implica enfrentar essa angústia do confronto sujeito-objeto e resolvê-lo em termos de uma nova síntese que o reorganize. Isso envolve crises e rupturas no sujeito, uma vez que as estruturas com as quais está vinculado ao objeto são parte constituinte de sua identidade, de modo que o conhecimento desencadeia situações de confusão e mobilização de esquemas

¹Pedagoga e diretora do ESPAÇO TRANSFORMA: consultoria em formação de equipes – contato@espacotransforma.com.br

construídos até então pelo sujeito. Quando esse processo não pode ser realizado, geralmente porque a angústia à qual está associado é tão intensa que o sujeito se distancia do objeto, estamos diante do que Pichon-Rivière chamou de “obstáculo epistemofílico”, uma resistência motivacional/afetiva em relação ao conhecimento que, quando não superado, resulta em patologia. Assim, para Pichon-Rivière a *aprendizagem* – a estrutura estruturante com a qual a realidade é abordada – não se limita aos aspectos conceituais, mas envolvem elementos afetivos, motivacionais e emocionais.

Caberia perguntar: por que um psiquiatra, um pesquisador da psicose, da neurose concentrou a sua atenção nos processos de aprendizagem? Para Pichon-Rivière a oposição sujeito e objeto que envolve a relação de aprendizagem aparece como um par antinômico que deve ser integrado em um novo nível de organização superadora. Implica também uma visão integral do sujeito, uma vez que implica entendê-lo “em ato” com o seu contexto. São momentos de um processo contínuo (quando não há uma patologia) e que avança em uma espiral dialética na qual as contradições se resolvem.

Para Pichon-Rivière, saúde mental e aprendizagem são sinônimos na medida em que há uma *apropriação ativa* da realidade que integra a nova experiência transformando o sujeito e, conseqüentemente, o seu meio. Há movimento e o contrário dessa condição, que representa a estagnação do processo de aprendizagem, resulta em patologia. Aprendizagem é, portanto, compreendida como uma leitura crítica da realidade, uma apropriação ativa.

Nessa perspectiva teórica, é importante que o profissional que atua com grupos, além da competência técnica na sua área específica, tenha também e principalmente a capacidade de promover uma modificação adaptativa ou criativa, ou seja, em termos de um aprendizado transformador (do sujeito cognitivo e da realidade). Essa perspectiva não apenas explica a “complexidade fenomenal” da situação de aprendizagem, marcada pelos múltiplos níveis de análise e fatores intervenientes, não redutíveis a causalidades lineares, mas também a uma “complexidade reflexiva” que entende o conhecimento como uma prática que sempre implica um contexto particular de transformação.

No nível grupal isso se manifesta no que Pichon-Rivière definiu como “grupo operativo” (grupo em ação), no qual existe uma produção simbólica com o objetivo de aprender e conscientizar o conhecimento prático e pré-conceitual, que opera no nível do imaginário individual e compartilhado, que se desenvolve no vínculo grupal/familiar, institucional e comunitário. Trata-se de um instrumento de produção social do simbólico, tem uma referência concreta e uma direcionalidade determinada; introduz uma tarefa e reintroduz a interpretação do coordenador a fim de que cada integrante possa apropriar-se da produção grupal como um saber instrumental.

A aprendizagem centrada nos processos grupais coloca em evidência a possibilidade de uma nova elaboração de conhecimento, de integração e de questionamentos acerca de si e dos outros. A aprendizagem é um processo contínuo em que comunicação e interação são indissociáveis, na medida em que aprendemos a partir da relação com os outros. E aprender em grupo significa voltar a atenção não apenas para o produto da aprendizagem, mas para o processo que possibilitou a mudança dos sujeitos. Pressupõe mudanças e que elas aconteçam nas pessoas articuladas entre si, e no contexto no qual estão inseridas. A técnica de grupo operativo consiste em um trabalho com grupos, cujo objetivo é promover, portanto, um processo de aprendizagem para os sujeitos envolvidos. Aprender em grupo significa uma leitura crítica da realidade, uma atitude investigadora, uma abertura para as dúvidas e para as novas inquietações.

Para Gayotto [2003], a psicologia social estuda o sujeito contextualizado, a partir de suas interações, no inter-jogo entre a vida psíquica e a estrutura social. A constituição do sujeito é marcada por uma contradição interna: ele precisa, para satisfazer as suas necessidades, entrar em contato com o outro, vincular-se a ele e interagir com o mundo externo. Deste sistema de relações vinculares emerge o sujeito, sujeito predominantemente social, inserido numa cultura, numa trama complexa, por meio da qual internalizará vínculos e relações sociais que vão constituir seu psiquismo.

O *grupo* aparece também como objeto privilegiado na elaboração do conhecimento pela significação histórica: pelo fato de nos havermos constituído como sujeitos, em uma trajetória de experiências grupais, ou seja, pelo lugar importante das relações com os outros (o processo de interação) na constituição de nossa subjetividade, de nosso psiquismo (Gayoto, 2003).

Pichon-Rivière é considerado o teórico dos Vínculos. Define vínculo como uma estrutura psíquica complexa e dinâmica (1988). Uma estrutura complexa de relação que vai sendo internalizada e que possibilita ao sujeito construir uma forma de interpretar a realidade própria. Na vivência com os outros o sujeito vai se constituindo por meio de uma história vincular que vai sendo tecida nas relações. A Psicologia Social privilegia o grupo como unidade de interação e neste sentido, o grupo operativo é considerado uma estrutura operativa que possibilita meios aos integrantes para que entendam como se relacionam com os outros.

Na concepção de Pichon-Rivière, o grupo apresenta-se como instrumento de transformação da realidade, e seus integrantes passam a estabelecer relações grupais que vão se constituindo, na medida em que começam a partilhar objetivos comuns, a ter uma participação criativa e crítica e a poder perceber como interagem e se vinculam.

No contexto do grupo operativo a técnica não apenas transcende as barreiras do cotidiano/acadêmico/popular, mas também busca integrar a maior quantidade de abordagens teóricas e conhecimentos práticos que significam a heterogeneamente a realidade social. O principal ditado pichoniano é “maior heterogeneidade entre os membros do grupo e maior homogeneidade na tarefa, resultando em maior produtividade”. Sua psicologia social adquire, assim, um caráter interdisciplinar e uma organização de projeto coletivo.

Cada integrante do grupo comparece com sua história pessoal consciente e inconsciente, isto é, com sua *verticalidade*. Na medida em que se constituem em grupo passam a compartilhar necessidades em função de objetivos comuns (motivo que os reuniu) e criam uma nova história, a *horizontalidade* do grupo, que não é simplesmente a somatória de suas verticalidades, pois há uma construção coletiva resultante da interação de aspectos de sua verticalidade, gerando uma história própria, inovadora que dá ao grupo sua especificidade e identidade grupal.

O grupo operativo não está centrado nas pessoas individualmente, nem no grupo, mas no processo de inserção do sujeito no grupo. Nessa perspectiva ‘grupo’ é concebido como um sistema de ações que surge a partir das necessidades dos integrantes, o que determina a existência de objetivos, e de uma tarefa em marcha para alcançá-los. Compartilhar necessidades em função de um objetivo comum é um processo contraditório, que faz surgirem obstáculos na comunicação, nas relações interpessoais e no conhecimento elaborado pelos integrantes. Os obstáculos precisam se tornar conhecidos, para serem resolvidos na ação dos integrantes.

Os grupos operativos sempre visam ‘operar’ em uma determinada tarefa e podem ser divididos em três subtipos: ensino-aprendizagem, institucionais, comunitários. O foco é o sujeito em relação e, portanto, adequado a qualquer contexto, desde que se respeite o que lhe é essencial – procurar desvendar o fazer das pessoas nos aspectos explícito e implícito -, ou seja, caminhar no sentido da explicitação do implícito em que predominam as resistências à mudança representadas tanto pelo *medo da perda* do referencial, como pelo *medo do ataque* que o desconhecimento do novo provoca. É justamente a explicitação do implícito que possibilita o movimento em espiral dialética do grupo na direção da concretização dos seus objetivos.

A técnica do grupo operativo pressupõe a tarefa explícita (que pode ser aprendizagem, diagnóstico ou tratamento), a tarefa implícita (o modo como cada integrante vivencia o grupo) e o enquadre que são os elementos fixos (a duração, a frequência, os integrantes, o coordenador e o observador). Para Pichon-Rivière (1998), o processo grupal se caracteriza por uma dialética na medida em que é permeado por contradições, sendo que sua tarefa principal é justamente analisar essas contradições, consideradas os

elementos variáveis. O autor utiliza uma representação para mostrar o movimento de estruturação, desestruturação e reestruturação de um grupo, que é o cone invertido. É um instrumento que visualiza uma representação gráfica do movimento em espiral, em que estão incluídos seis vetores de análise articulados entre si e que possibilitam verificar os efeitos da mudança. São eles: *pertença*, *pertinência*, *comunicação*, *aprendizagem*, *cooperação* e *tele*.

Em poucas palavras, a *pertença* consiste na sensação de sentir-se parte, a *cooperação* consiste nas ações com o outro e a *pertinência* na eficácia com que se realizam as ações. Por outro lado, a *comunicação* pode ser caracterizada como o processo de intercâmbio de informação, que pode ser entendido desde o ponto de vista da teoria da comunicação ou a partir da teoria psicanalítica; a *aprendizagem*, como apreensão instrumental da realidade e a *tele* – palavra de origem grega, tomada de Moreno –, como a distância afetiva (positiva-negativa) em relação ao tema, aos integrantes ou ao coordenador.

A mudança, que é o objetivo primordial de todo grupo operativo, envolve todo um processo gradativo. O momento da pré-tarefa é caracterizado pelas resistências dos integrantes do grupo ao contato com os outros e consigo mesmo, na medida em que o novo, o grupo, gera ansiedade e medo, medo de perder o próprio referencial, de se deparar com algo que possa surpreender e por sua vez suspender suas certezas acerca de si e do mundo. A partir do momento em que é possível elaborar as ansiedades básicas, romper com as estereotípias, abrir-se para o novo e o desconhecido, pode-se dizer que o grupo está em tarefa.

A tarefa é a trajetória que o grupo percorre para atingir seus objetivos, ela está relacionada ao modo como cada integrante interage a partir de suas próprias necessidades. Compartilhar essas necessidades em torno dos objetivos comuns do grupo pressupõe flexibilidade, descentramento e perspectiva de abertura para o novo. Quando o grupo aprende a problematizar as dificuldades que emergem no momento da produção conjunta, pode-se dizer que entrou em tarefa, pois a elaboração de um projeto comum já é possível e o grupo pode passar a operar um projeto de mudanças.

A técnica de grupo operativo propõe a presença e intervenção de um coordenador que indaga e problematiza, estabelecendo algumas articulações entre as falas dos integrantes, sempre direcionando o grupo para a tarefa comum; e um observador que registra o que ocorre na reunião, resgata a história do grupo e depois analisa com o coordenador os pontos emergentes, o movimento do grupo em torno da tarefa, para devolvê-la ao grupo, interpretada.

No grupo, espaço de construção de vínculos, identificações e diferenciações, trabalha-se com a subjetividade e a singularidade de cada um, sem perder de vista o contexto social em que vivem. Trata-se de um espaço de escuta, em que o coordenador indaga, pontua, problematiza, dando oportunidade

para os integrantes pensarem, falarem de si e poderem elaborar melhor suas questões pessoais e de convivência social. Aprendem mais de si com os outros.

Referências Bibliográficas

FABRIS, F. Pichon, um viajante de mil mundos, Ed. Editorial.

GAYOTTO, M. L. e DOMINGUES, I. Liderança - aprenda a integrar grupos, Ed. Martins Fontes.
_____ (ORG.) Liderança II – aprenda a coordenar grupos, Ed. Vozes, 2003.

LEMA, VZ. Conversaciones con Enrique Pichon-Rivière, Ed. Cinco, 1975.

PICHON-RIVIÈRE, E. O processo grupal. Da psicanálise à Psicologia Social, Ed. Martins Fontes, 1971.
_____. Teoria do Vínculo, São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1988.

QUIROGA, AP. Matrices de Aprendizage, Constitución del sujeto en el processo de conocimiento. Colección Apuntes, Ed. Cinco, 2003.

_____. Operación y actitud psicológica, Buenos Aires, Ed. Cinco.

_____. El proceso educativo según Paulo Freire y Enrique Pichon-Rivière. Buenos Aires: Ediciones Cinco, 1985.

Práticas do Trabalho Social

Lucas Souza de Carvalho¹

“Lembra da época em que a gente sentia e sentir era a forma mais sábia de saber e a gente não sabia?” (grafite na Rua Treze de Maio – Centro de São Paulo).

“Esse início de prosa é uma construção viva, retalhos de encontros e reflexões que fui, estou vivendo. Em tempos diversos. Diálogos com pessoas fictícias (os personagens Fabiano, Lóri, Severino) mortas (Jorge Amado, Graciliano Ramos, Clarice Lispector, João Cabral, Platão, Antônio Carlos Gomes da Costa, Mestre Paulo Freire) e vivas, que somadas a outras companhias seguem me inspirando”.

Essa é uma fala de especialista, tal qual vocês também são. Pois quando falamos de afetos, somos todos especialistas. Aqui, ali, acolá.

Conceitos e metodologias são construções muito importantes, especialmente quando se referem às práticas e campos em que atuamos. Dizem sobre de onde viemos, onde estamos e para onde queremos ir. São como *mapas ético-políticos*. Mas não são os mapas que percorrem os caminhos; as trilhas são feitas por pessoas. É também muito importante prestarmos atenção nas e às pessoas. Quando ficam motivadas ao compreenderem as rotas, quando se cansam e esmorecem ao atravessar áridos terrenos, quando se perdem ansiosamente atrás de atalhos, quando se frustram ao projetar imaginários oásis.

Nas nossas cotidianas práticas não há um único fim e sim percursos. Disponibilizamo-nos a ser companhia para o outro. Por vezes, companhia em longas jornadas, por vezes árvore que oferta refúgio momentâneo. Lugar de respiro, oferta de estar ao lado do outro, tendo porquês e para quês, contudo sendo acolhedores e respeitosos com o tempo, com a vida do outro.

Cuidado não é controle. Respeito ao tempo não é descaso. Promover protagonismo não é desamparar. Esperança não é resignação. Estejamos atentos a essas bordas.

¹Educador Social, Psicólogo. E-mail: lsdcarvalho@yahoo.com.br

Fabiano caiu de joelhos, repetidamente uma lamina de facção bateu-lhe no peito, outra nas costas. Em seguida abriram uma porta, deram-lhe um safanão que o arremessou para as trevas do cárcere. A chave tilintou na fechadura e Fabiano ergueu-se atordoado, cambaleou, sentou-se num canto, rosnando:

-Hum! hum!

Por que tinham feito aquilo? Era o que não podia saber. Pessoa de bons costumes, sim senhor, nunca fora preso. De repente um fuzuê sem motivo. Achava-se tão perturbado que nem acreditava naquela desgraça. Tinham-lhe caído todos em cima, de supetão, como uns condenados. Assim um homem não podia resistir:

- Bem, bem.

Passou as mãos nas costas e no peito, se sentiu moído, os olhos azulados brilharam como olhos de gato. Tinham-no realmente surrado e prendido. Mas era um caso tão esquisito que instantes depois balançava a cabeça, duvidando, apesar das machucaduras.

Ora, o soldado amarelo... Sim, havia um amarelo, criatura desgraçada que ele, Fabiano, desmancharia com um tabefe. Não tinha desmanchado por causa dos homens que mandavam. Cuspiu, com desprezo:

- Safado, mofino, escarro de gente.

Por mor de uma peste daquela, maltratava-se um pai de família. Pensou na mulher, nos filhos, na cachorrinha. Engatinhando, procurou os alforjes que haviam caído no chão, certificou-se de que os objetos comprados na feira estavam todos ali. Podia ter-se perdido alguma coisa na confusão. Lembrou-se de uma fazenda vista na última das lojas que visitara. Bonita, encorpada, larga, vermelha e com ramagens, exatamente o que Sinhá Vitória desejava. Encolhendo um tostão em covado, por sovínice, acabava o dia daquele jeito. Tornou a mexer nos alforjes. Sinhá Vitória devia estar desassossegada com a demora dele. A casa no escuro, os meninos em redor do fogo, a cachorra Baleia vigiando. Com certeza haviam fechado a porta da frente. Estirou as pernas, encostou as carnes doidas ao muro. Se lhe tivessem dado tempo, ele teria explicado tudo direitinho.

Mas pegado de surpresa, embatucara. Quem não ficaria azuretado com semelhante despropósito? Não queria capacitar-se de que a malvadez tivesse sido para ele. Havia engano, provavelmente o amarelo o confundira com outro. Não era senão isso.

Então porque um sem-vergonha desordeiro se arrelia, bota-se um cabra na cadeia, dá-se pancada nele? Sabia perfeitamente que era assim, acostumara-se a todas as violências, a todas as injustiças. E aos conhecidos que dormiam no tronco e aguentavam cipó de boi oferecia consolações:

- Tenha paciência. Apanhar do governo não é desfeita.

Mas agora rangia os dentes, soprava. Merecia castigo?

- An!

*E, por mais que forcejasse, não se convencia de que o soldado amarelo fosse governo. **Governo, coisa distante e perfeita, não podia errar.** O soldado amarelo estava ali perto, além da grade, era fraco e ruim, jogava na esteira com os matutos e provocava-os depois. O governo não devia consentir tão grande safadeza.*

***Afinal para que serviam os soldados amarelos?** Deu um pontapé na parede, gritou enfurecido. Para que serviam os soldados amarelos? Os outros presos remexeram-se, o carcereiro chegou à grade, e Fabiano acalmou-se:*

- Bem, bem. Não há nada não.

*Havia muitas coisas. Ele não podia explicá-las, mas havia. Fossem perguntar a seu Tomás da bolandeira, que lia livros e sabia onde tinha as ventas. Seu Tomás da bolandeira contaria aquela historia. **Ele, Fabiano, um bruto, não contava nada...***

(grifo nosso)

Faço uso desse trecho de Vidas Secas (1938), do grande teórico do humano, Graciliano Ramos, buscando uma analogia entre o personagem Fabiano e nossas crianças e jovens que sobrevivem em situação de vulnerabilidade e risco. *Governo coisa distante e perfeita não podia errar...* Troca-se Governo por adulto e escutamos com o mesmo tom ingênuo de Fabiano o questionamento de uma criança diante de tantas violências impostas em seu território assim como aquelas que vão refugiar-se nas ruas dos grandes centros urbanos. Gados-Farrapos-Humanos sendo tangidos pelos Boiadeiros-Fardados Humanos.

Fabiano ficou confuso ao sentir essa injustiça na pele, pois quando via a violência acontecer com o próximo julgava que *apanhar do governo não era desfeita*. Mas agora, Fabiano não sentia que seria capaz de explicar o que sentia, talvez injustiça, humilhação, desigualdade, que valia menos... *Ele Fabiano um bruto, não contava nada*.

Peço aqui emprestado uma expressão de Euclides da Cunha, cunhada em sua reportagem/livro “Os Sertões” (1897) sobre a Guerra de Canudos e a resistência do povo sertanejo em que diz: “o sertanejo é, antes de tudo, um forte” e arrisco uma analogia: Quem vive em vulnerabilidade social, é antes de tudo um forte.

Famílias desestruturadas? Não! Desestruturadas e desestruturantes têm sido as políticas públicas de enfrentamento a pobreza e desigualdades de acessos.

Certa vez, num trabalho que realizava no centro de São Paulo - abordagem e acompanhamento de crianças e jovens em situação de rua - vivenciamos uma situação emblemática no acompanhamento de uma criança para um Serviço de Acolhida. Nos primeiros dias em que ele ficou abrigado, reagiu de forma muito agitada, inclusive, literalmente, subindo pelas paredes e telhado da instituição. Houve então uma discussão desse caso com a equipe técnica do equipamento e quando perguntamos o que eles sentiam, como eles percebiam os movimentos desse garoto a resposta única foi:

- Ele precisa ser medicado!

Sugerimos que sim, que ele fosse “medicado”, contudo com balas (doces) quando essa dinâmica se apresentasse. Acreditamos e apostamos que, nesta situação, para além do açúcar há: legitimidade do **sofrimento** (não da substância); contorno; olhar; cuidado; ampliação de repertório de ação diferente de um uso abusivo de psicoativos; amparo para dor; anteparo ao crack. O menino dessa situação não estava na fissura e sim em fissuras, rachaduras, trincado em sua constituição, singularidade, em sua infância...

É claro que isso não serve em todas as situações. Não é uma ação técnica. Não saíamos correndo daqui para abrir uma doceria. Para que esse nível de intervenção possa aparecer precisamos saber ler esse *invivível* - narrativas do horror -, o que lhe é extremamente singular, construindo com o menino o seu “mapa de ações”, esboços de traduções aos seus movimentos desesperados, multidirecionais, o que Clarice Lispector chama de *movimentos histéricos* no livro “Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres”:

“Agora lúcida e calma, Lóri lembrou-se de que lera que os movimentos histéricos de um animal preso tinham como intenção libertar, por meio de um desses movimentos, a coisa

ignorada que o estava prendendo — a ignorância do movimento único, exato e libertador era o que tornava o animal histérico: ele apelava para o descontrole — durante o sábio descontrole de Lóri ela tivera para si mesma agora as vantagens libertadoras vindas de sua vida mais primitiva e animal: apelara histericamente para tantos sentimentos contraditórios e violentos que o sentimento libertador terminara desprendendo-a da rede, na sua ignorância animal ela não sabia sequer como, estava cansada do esforço de animal libertado.” (Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres. 1969. Clarice Lispector)

Divido com vocês outra situação de um jovem em situação de rua que acompanhamos. Nos primeiros encontros ele vinha ao espaço de convivência e sempre pedia internação. Conversávamos sobre isso, buscando entender, juntos, o que era aquele pedido. Descobrimos que não era um discurso dele, era repetição do discurso da mãe, que por sua vez contou que não sabia de fato o que significava uma internação. Percebemos que se tratava de um discurso copiado das diversas vozes dos noticiários sensacionalistas: “Isso é uma barbaridade, tem que internar!!!”. Depois de um tempo de escuta tanto do menino quanto de sua mãe, num fatídico dia, ele pôde comunicar não apenas por ações difusas mas com um discurso muito mais organizado:

“Não quero ficar na rua, mas não consigo ficar em casa. Não quero ser internado. Não venho parar aqui no centro de SP pelo crack. Lá no bairro é de melhor qualidade, não entendo o que acontece comigo...”

E quando pergunto em que ele imagina que posso ajudá-lo:

- Me ajuda a entender isso?

Como compartilhou Antônio Carlos Gomes da Costa: *“Cada ser humano nasce com potencial e tem direito a desenvolvê-lo. Mas, para isso acontecer, ele precisa de oportunidades. E as melhores oportunidades são as educativas, que preparam as pessoas para fazerem escolhas. E isso eu chamo de liberdade”*.

E quando a educação não é libertária o sonho do oprimido é ser opressor. Salve Mestre Paulo Freire!

Vivemos num instante de ansioso movimento de *libertação dos jovens do mundo das drogas*. Ações policiaiscas, ora emparelhadas ora substituídas (e com isso comemoradas por muitos) por ações medicalizadoras de questões sociais. A frenética busca por internação para o suposto *tratamento da dependência química* em inúmeras situações não leva em consideração, por exemplo, a diferenciação entre dependência e neuroadaptação, qualificações de uso (recreativa, funcional, disfuncional), tampouco

as contingências que levam um jovem a fazer um abuso de substâncias psicoativas.

O inimigo dos jovens dessas últimas décadas foi **por nós** identificado e o combate iniciado com o *nosso ordem e progresso: você usa droga, portanto deve ser internado*.

Acontece que esse **você** - não importa quem seja (nome, sobrenome, biografia...) -, o usa não interessa por que, o **internado** é irrelevante o para quê (como se dará o tratamento) e o **portanto deve ser** é a verdade construída e soprada aos quatro cantos.

Internar, Enterrar, Enterrar, Internar...

Confusão fonética e muitas vezes semântica. Em muitos casos a proximidade dessas palavras não se restringe à pronúncia, borramentos dos sentidos, de intenções, as têm acompanhado.

O convite que esses jovens e crianças cotidianamente nos tem feito é para não termos os olhos aturcidos pela neblina do crack, não ficarmos ofuscados pela névoa e ali acreditarmos que vemos a pessoa, como no mito da caverna, aceitando sombras como gente... tratarmos o sintoma enquanto questão.

Busquemos ofertar uma *paulada* de continências, o que não significa necessariamente fazer sempre muitas coisas, muitas vezes é suportar junto, pelo tempo necessário, a aridez de expectativas; uma construção em direção a uma relação ética; investimentos em bons encontros; não limitarmos nossas ações apenas na equação compreensão-ajuda, em que o outro fica apenas submetido aos nossos desejos, heroísmos. Importante marcar que vidas secas não são vidas impotentes, vidas ocas.

Outro teórico do humano nos presenteia com uma narrativa muito interessante da qual destacamos uma cena. Esse trecho fala sobre uma mãe que perdera o filho (o Augusto) há alguns anos e que pusera um menino em situação de rua, que tinha uma deficiência motora em uma de suas pernas, para morar com ela, atingida pela comoção que aquela imagem disparava nos adultos, que o coitadificavam:

“Porque para dona Ester seu filho voltou hoje na figura desta criança andrajosa e aleijada, sem pai, sem mãe. Seu filho voltou e suas lágrimas não são apenas de dor. Voltou seu filho macilento e esfomeado, com uma perna aleijada e vestido de farrapos. Mas em breve será novamente o Augusto alegre e feliz daqueles anos passados, e novamente virá e passará os braços em torno ao seu pescoço e lerá as grandes letras da cartilha... (tempos depois). Os donos da casa evitavam se aproximar dele, e o deixavam na sua sujeira, nunca tinham uma palavra boa para ele. Olhavam-no sempre como a perguntar quando ele iria. E muitas vezes a senhora que se comovera com a sua história, contada na porta em voz soluçante, e o acolhera, mostrava evidentes sinais de arrependimento...

Para o Sem-Pernas elas o acolhiam de remorso. Porque o Sem-Pernas achava que eles eram todos culpados da situação de todas as crianças pobres. E odiava a todos, com um ódio profundo. Sua grande e quase única alegria era calcular o desespero das famílias após o roubo, ao pensar que aquele garoto esfomeado a quem tinham dado comida era quem fizera o reconhecimento da casa e indicara a outras crianças esfomeadas onde estavam os objetos de valor.” (Capitães de Areia – 1937. Jorge Amado.)

Devemos estar atentos para não usarmos essa prática para preenchermos nossos vazios, nossas faltas, nossas falhas, nossas carências. Essa postura educativa nos convoca a estar bem próximos, nos misturar, testemunhar, mergulhar... mas, sempre emergir. Nossas humanas dores podem nos conectar com as dores de outros humanos. *Essa Energia Empática* pode ser propulsora, mas também implosiva.

E para que essa qualidade de escuta e ação prevaleça é de extrema importância o cuidado ao cuidador, que as instituições estejam bastante atentas ao sofrimento que essa prática causa no trabalhador e que possam ofertar dispositivos de cuidados. Espaços instituídos e valorizados de reflexão contínua e cotidiana da prática. Lugares de encontro, inter, intra e trans setorial.

O trabalho dos profissionais que lidam diretamente com essa questão é árduo, justamente por lidar com a aridez de sonhos, desejos, expectativas, políticas públicas...

De fato, existem muitas estruturas a serem transformadas. A produção de relações violentas, de subalternidade, segue em escala industrial. Uma parte do nosso trabalho é artesanal, outra busca o enfrentamento da fabricação dessas vulnerabilidades. Ambas precisam estar de mãos dadas, retroalimentando-se. Quem habita *as salas das decisões* precisa de quem está na *linha de frente* e o oposto vale na mesma intensidade.

Buscar inspiração na força vital de quem nos propomos a atender sempre. Buscar inspiração nas boas práticas dos nossos colegas sempre. Buscar inspirar com as nossas práticas e não apenas com nossos discursos... também sempre! Isto não significa onipotência, mas sim, multipotências.

Uma vela quebra a escuridão de uma caverna. Muitas velas revelam os detalhes.

Somos muitos Severinos, iguais a tudo e na sina, a de abrandar essas pedras suando-se muito em cima...

Sigamos!

Realização



Patrocínio



PETROBRAS



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

Parcerias:



CARAGUATATUBA
PREFEITURA



**PREFEITURA DE
SÃO SEBASTIÃO**
GOVERNO MUNICIPAL



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

| Secretaria de Desenvolvimento Social